

**DIÁLOGOS
PEDAGÓGICOS
GEOAMBIENTAIS**

**PAISAGENS E LUGARES
DE CAMPO GRANDE**

**ANALICE TERESINHA TALGATTI SILVA
ICLÉIA ALBUQUERQUE DEVARGAS**



SILVA, Analice Teresinha Talgatti Silva e VARGAS, Icléia Albuquerque de.
Diálogos Pedagógicos Geoambientais: paisagens e lugares de Campo Grande /
Analice Teresinha Talgatti Silva e Icléia Albuquerque de Vargas -- Campo Grande,
MS: 2016.

ISBN 978-85-921187-0-9 (e-book)

1.Aula a campo. 2. Educação Ambiental Problematicadora. 3. Ensino de Geografia. 4. Lugar. 5. Paisagem.

PROPOSTAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL



“DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS GEOAMBIENTAIS PAISAGENS E LUGARES DE CAMPO GRANDE”


ANALICE TERESINHA TALGATTI SILVA
PROF^a DR^a ICLÉIA ALBUQUERQUE DE VARGAS

MESTRADO EM ENSINO DE CIÊNCIAS
INSTITUTO DE FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL



SUMÁRIO

Capítulo 1 - Diálogos Pedagógicos Geoambientais: Paisagens e Lugares de Campo Grande	05
Capítulo 2 - Sugestões de trilhas	14
Trilha 1: Início e crescimento Urbano de Campo Grande.	18
Trilha 2: Áreas verdes	44
Parques Urbanos	48
Parques Lineares	65
Trilha 3: Centros de Educação Ambiental	77
Trilha 4: Museus	94
Referências	110

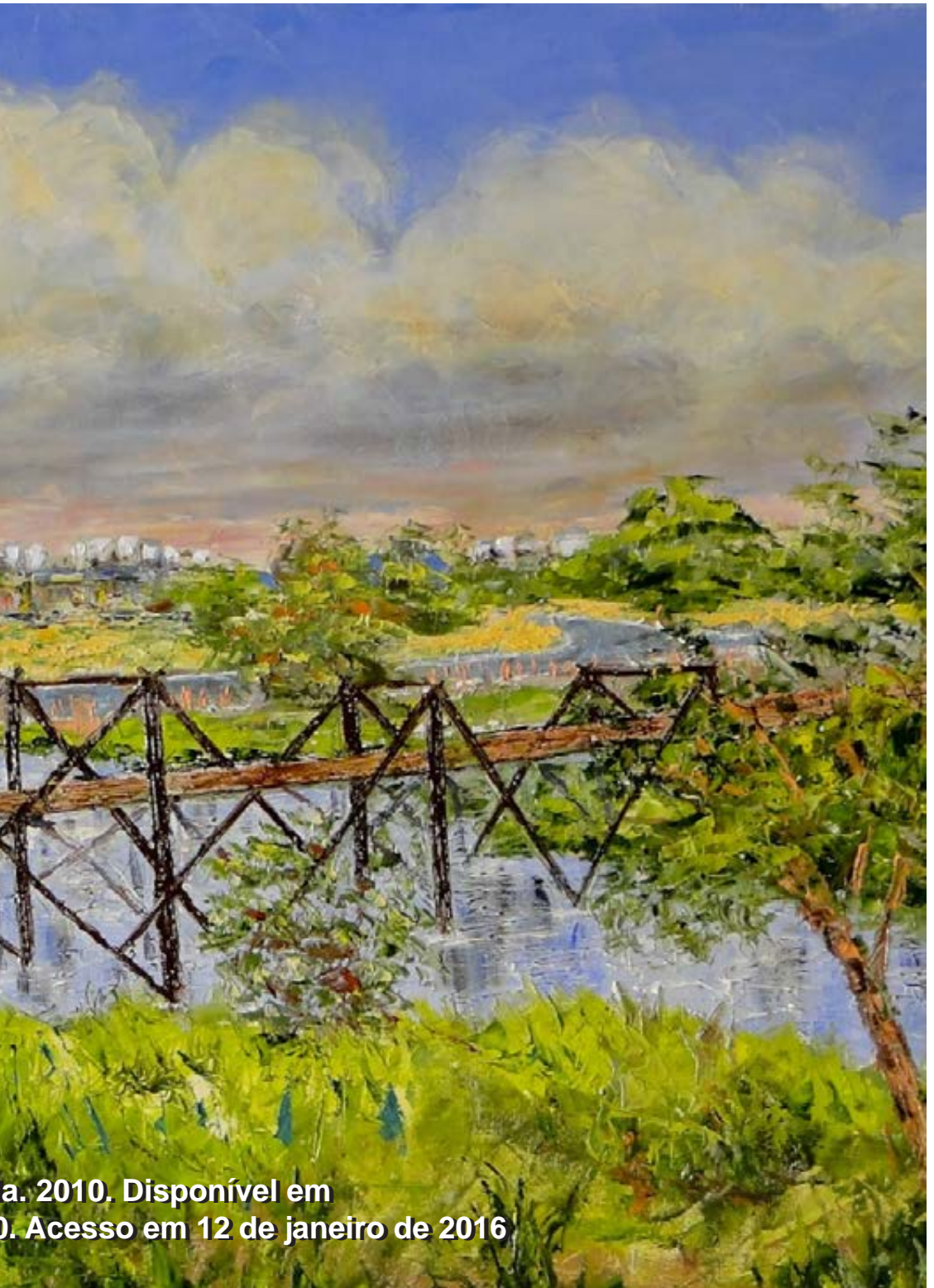


CAPÍTULO I
Diálogos Pedagógicos
Geoambientais
Paisagens e Lugares de
Campo Grande

Fausto Furlan. O Obelisco. 48 cm X 42 cm. Óleo sobre tela. 2010.
Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>. Acesso em 12 de janeiro de 2016



Fausto Furlan. Parque do Sóter. 90 cm X 60 cm. Óleo sobre tela
<http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>



a. 2010. Disponível em
0). Acesso em 12 de janeiro de 2016

A coletânea “DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS GEOAMBIENTAIS: PAISAGENS E LUGARES DE CAMPO GRANDE” é composta por trilhas, caminhos que estimulam o diálogo com a cidade de Campo Grande (MS), permitindo relacionar os conceitos geográficos que permeiam a prática da educação ambiental.

Temas como o crescimento urbano de Campo Grande, a preservação de áreas verdes, as intervenções nos cursos d’água naturais, o tratamento dos resíduos sólidos e líquidos, a circulação e o transporte de pessoas e cargas no espaço urbano, os serviços públicos em geral, dentre outros, podem ser mais bem trabalhados em geografia, no contexto da educação ambiental. Nessas trilhas é possível observar a transformação das paisagens e sua relação com a questão ambiental, além de se relacionar vários conceitos geográficos com a realidade, em especial os conceitos de lugar, de paisagem e de impactos ambientais.

Contudo, essa coletânea não sugere meros exercícios de observação da paisagem, mas oferece instrumentos, por meio da própria paisagem, para auxiliar alunos à compreensão da dinâmica do espaço geográfico, em um processo mediado pelos conceitos geográficos e ambientais.

Recomenda-se que essas trilhas sejam previamente preparadas pelo professor, se possível, em parceria com os alunos, estimulando-os a problematizar aquilo que estarão prestes a vivenciar, a organizar seus questionamentos, iniciando suas reflexões acerca do que vão observar e experimentar. O uso dessa coletânea poderá potencializar as atividades didático-pedagógicas, contribuindo efetivamente para o processo de formação de alunos como cidadãos e também como pesquisadores, pois estimula a curiosidade e a descoberta. Outros importantes aspectos a serem considerados é que a realização das trilhas proporciona férteis momentos de interação entre o grupo, além de permitir a percepção da integração entre os fenômenos sociais e naturais que se entrecruzam na realidade vivida, no cotidiano, na vida real.

Desse modo, a Coletânea sugere estimular a compreensão geográfica de paisagens urbanas de Campo Grande por meio de aulas de campo, de leituras de paisagem, de vivências nessas trilhas que revelam o dinamismo espaço-temporal da cidade. A comparação de diferentes

leituras de um mesmo objeto permite o confronto de ideias, interesses, valores socioculturais, estéticos, econômicos, enfim, de diferentes interpretações existentes e a constatação das intencionalidades e limitações daquele que observa.

É importante que o aluno conheça e indague sobre o lugar onde vive. É papel dos educadores fazer com que os alunos se tornem capazes de procurar respostas para a razão da existência de desigualdades socioambientais em sua cidade, em seu lugar, e que tenham aspiração, atitude e conhecimento para interferir nessa realidade.

Quando o aluno consegue compreender as características que definem e controlam o lugar, passa a desenvolver o sentimento de pertencimento a esse lugar, sentindo-se um agente construtor/organizador desse espaço. Enquanto esse sentimento não surgir, o aluno permanece estranho ao local e, dificilmente, contribuirá para melhorar sua realidade.

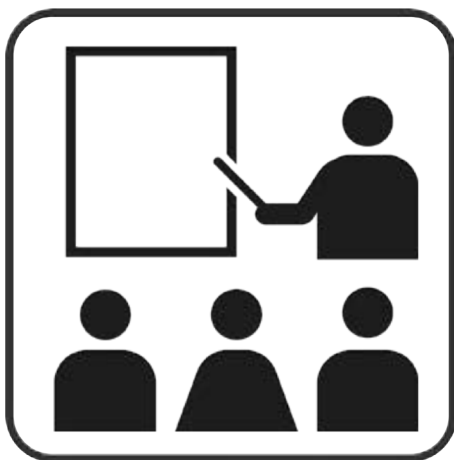
Nesse sentido, os “DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS GEOAMBIENTAIS: PAISAGENS E LUGARES DE CAMPO GRANDE” pretendem colaborar com a dinamização do processo de ensino e de aprendizagem, visando a cooperar com a prática docente, reduzindo a distância entre o que é ensinado em sala de aula e o mundo real, o mundo vivido por todos: alunos e professores.

Nessa coletânea se utiliza a metodologia da aula de campo para desenvolver as atividades. A aula de campo significa muito mais que passear e conhecer algo sobre um determinado assunto ou local. Essa metodologia propõe uma interpretação ambiental, ou seja, uma atividade que traduza, ou explique, in loco, os fenômenos que podem ser observados. A interpretação exige se avançar além da informação. Um mesmo assunto é interpretado diferentemente por cada pessoa. Nesse caso, a riqueza de detalhes dependerá da formação do indivíduo e de seu conhecimento prévio sobre o fato. Assim, é muito importante que o professor conheça bem o local a ser trilhado. Descubra o que faz esse lugar ser diferente e especial.

Para Callai (1988), a realização de uma aula de campo envolve planejamento (pré-campo), execução (campo), análises e relatórios (pós-campo), além disso deve haver a preocupação constante de situar a atividade dentro do contexto dos objetivos pelos quais estão sendo desenvolvidas

as atividades propostas.

Para a realização de uma trilha sugerida nessa coletânea, é necessário respeitar os três momentos básicos de uma aula a campo: o pré-campo, o campo e o pós-campo, conforme descritos a seguir:



PRÉ-CAMPO

O pré-campo se constitui como elemento fundamental em sua realização, é nele que o professor organiza a parte estrutural da saída da escola, e a partir desse momento que os alunos começam a ter contato com o objeto de estudo da aula de campo. Essa etapa possui duas partes que estão relacionadas: o conteúdo e a estrutura.

No conteúdo, alguns pontos importantes devem ser observados. O educador deve apresentar de forma simples o que será estudado e a importância desse estudo. Essa atitude é fundamental para que o educando acompanhe a trajetória a ser estudada e questione com curiosidade. O pré-campo vai nortear o educando como uma representação da realidade. Quando estiver na aula de campo a sua mente já estará aberta às reflexões teóricas e práticas que fundamentarão a pesquisa.

Nesse contexto, para que a aula de campo alcance seus objetivos, é importante que o educador trabalhe anteriormente com seus alunos os temas, os assuntos que verão ao longo do roteiro. Mesmo que os educandos já tenham estudado o/s assunto/s, é necessário que retome

os conceitos com uma abordagem integrada, a partir de questões que façam os educandos refletirem, como por exemplo: Existe relação entre o solo, a vegetação, a água e a fauna? Como se dá esta relação? Existem diferentes formações vegetais no nosso Município? E o tipo de solo, é o mesmo em todos os locais? Quais as funções das áreas verdes para o município? A partir de quando essa estrutura foi construída na paisagem?

Com o conteúdo definido cabe ao professor determinar o lugar a ser trilhado, sendo que no próprio ambiente escolar, independentemente de qual for, haverá um espaço geográfico possível de se fazer muitos campos com diversas temáticas. Após a determinação do conteúdo e do local, é necessário um conhecimento da área do campo pelo professor.

Cabe ao professor planejar antecipadamente todas as atividades que serão realizadas no campo, afim de que a atividade não se torne apenas um passeio, um dia de lazer, mas um dia de aprendizado.

Simultaneamente à organização do conteúdo encontra-se a parte estrutural. Nesse caso, o primeiro passo a ser dado deverá ser o da escolha da área e da data de realização do campo. Para a escolha da data do trabalho de campo deverão ser levados em consideração os princípios da escola em que o professor trabalha, fazendo-se necessário consultar direção e coordenação pedagógica, não somente pelo fator calendário, mas também para justificar o trabalho desenvolvido, afim de que a escola reconheça a atividade como uma metodologia para o ensino de geografia.

Fora da escola, é necessário resolver algumas questões como: a doação ou o aluguel de ônibus, o agendamento do local e as autorizações dos pais para os alunos participarem da aula a campo. Os alunos e os pais devem ser comunicados também do que deve ser levado no dia do campo, como, por exemplo, os objetos de uso pessoal (garrafa d'água, protetor solar, repelente, boné.), os de uso coletivo (lanche a partilhar, sacos para coleta de lixo) e os de uso avaliativo (caderneta de campo, máquina fotográfica, celular.). Os trajés devem ser antecipadamente comunicados aos alunos evitando assim que algum aluno fique impedido de entrar em algum local, podendo até comprometer o estudo de todo o grupo. É importante elaborar um projeto com todos os passos

da realização do campo e o entregar à coordenação da escola, com antecedência, com o objetivo de minimizar problemas internos e externos à instituição de ensino.



CAMPO

Nesse momento acontece a ida dos educandos e do(s) professor(s) ao(s) local(is) que foi(ram) previamente planejado(s) e agendado(s) pela equipe envolvida no desenvolvimento do roteiro. É no local que o educando poderá colocar/observar/interpretar/analisar na prática o que foi estudado anteriormente em sala de aula. É preciso, na medida do possível, aguçar a curiosidade dos educandos para que a partir das suas observações e das informações coletadas possam construir suas aprendizagens, alcançando, assim, os objetivos propostos para a aula a campo.

No campo alguns aspectos são importantes de ser observados pelo professor: a explicação aos alunos, as dinâmicas de aprendizagem e de vivência e o lúdico. No caso da explicação, o professor necessita estar sempre presente nos momentos de observação dos alunos, para que ela aconteça baseada nos conceitos geográficos, naquilo que foi trabalhado em sala de aula. O professor deverá estar sempre aberto a questionamentos, e propor questionamentos que levem o aluno a pensar o espaço de múltiplas formas, instigando o espírito investigador do mesmo. É importante também propor situações que desenvolvam a ca-

pacidade de reflexão do aluno, buscando alternativas para que ele não memorize o que foi visto, mas que ele possa entender as relações sociais e naturais que modificam aquele ambiente. Fazer anotações de campo é essencial para o educando, é o momento da coleta de dados que será utilizada no pós-campo. No caso de visitas pré-agendadas em museus, parques ou outros locais, o professor deve incentivar os alunos a exercerem o espírito crítico-questionador naquele meio, fazendo perguntas ao(s) instrutor(es) que ali estiver(em) acompanhando-os.

As dinâmicas de aprendizagem e de vivência também podem ser trabalhadas durante toda aula de campo. O espírito de partilha e solidariedade, é um dos passos para o exercício da cidadania. Desde o simples fato de partilhar um lanche de maneira justa, até criar dinâmicas que mostrem a importância de um grupo unido, podem fortalecer esse espírito de boa convivência entre a turma. Nesse aspecto valores podem ser trabalhados com a(s) turma(s), como por exemplo, o respeito, a liberdade e a justiça.



PÓS-CAMPO

É nessa etapa que a análise dos dados e das informações obtidas poderão ser estudadas com mais calma e clareza. De volta à sala, é necessário retomar com os educandos o que viram. Organizar com eles, a partir dos dados apontados e das questões colocadas, os aspectos positivos e negativos da aula a campo.

Muitas atividades são sugeridas nesse momento. A entrega de um

relatório final do campo é uma delas, os alunos em grupo poderão discutir e acrescentar suas opiniões a respeito do que foi visto. As fotos tiradas no dia do campo também poderão ser adicionadas ao relatório final. Debates, exposições de fotos, croquis, mapas e maquetes, produção de vídeos e documentários, são exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas no pós-campo.

Campo Grande é uma cidade que apresenta paisagens e lugares que podem ser trabalhados como roteiros nas aulas de geografia, sobretudo no contexto da educação ambiental. Os Diálogos Pedagógicos Geoambientais: Paisagens e Lugares de Campo Grande foram construídos no decorrer das formações continuadas de 2014 com os professores de Geografia da REME. Como resultado, tem-se as seguintes trilhas:

1 - CRESCIMENTO URBANO DE CAMPO GRANDE

2 - ÁREAS VERDES

**3 - CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
POLONÊS, FLORESTINHA E IMBIRUSSU**

**4 - MUSEUS CONTAM HISTÓRIAS:
MUARQ, JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, DOM BOSCO**

Foram elaboradas quatro sugestões de trilhas para realizar aulas a campo na cidade. Nesta proposta, indica-se o trabalho com alguns conceitos de geografia, como lugar e paisagem. Mas fica a critério do professor a escolha dos conteúdos e conceitos a serem desenvolvidos, de forma a adequar a sua realidade. Em cada trilha constam sucintos históricos dos locais, assim como os respectivos endereços de contatos para agendamentos das visitas quando necessário.

CAPÍTULO II

Sugestões de trilhas

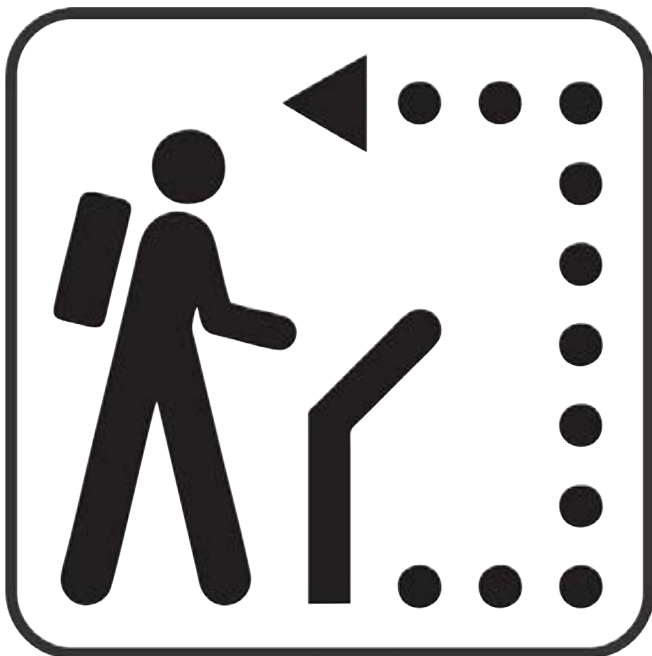




Fausto Furlan. Via Morena. 90 cm X 60 cm. Óleo sobre tela. 2010.
<http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>



2010. Disponível em
10. Acesso em 12 de janeiro de 2016



TRILHA 1

INÍCIO E CRESCIMENTO URBANO DE CAMPO GRANDE

Nessa trilha é possível se conhecer o processo de formação e crescimento urbano de Campo Grande, observando as marcas deixadas na paisagem ao longo da história do lugar e, ao mesmo tempo, discutir as questões ambientais desse desenvolvimento. Para tanto o professor pode fazer seguinte roteiro:



INICIA NO MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS FUNDADORES DE CAMPO GRANDE



Fonte: <http://www.campograndems.net/monumentos.html>

O Monumento dos Imigrantes ou dos Pioneiros é um registro histórico do início da povoação urbana de Campo Grande, por volta de 1872. Vindos de carros de boi, os precursores iniciaram a formação do povoado. A obra está situada na confluência dos córregos Prosa e Segredo, local onde José Antônio Pereira levantou o primeiro rancho, entre as Avenidas Fernando Corrêa da Costa e Ernesto Geisel, ao lado do Parque Florestal Antonio de Albuquerque, antigo Horto Florestal. O córrego Prosa neste local está canalizado. É possível ver o encontro dos córregos Prosa e Segredo nas proximidades desse local, essa confluência faz surgir o rio Anhanduí.



Fonte: <http://www.primeiranoticia.ufms.br/noticias/futuro-toxico/445/>

O monumento, medindo 10m x 5m foi inaugurado em 1996, junto com a reestruturação do Parque Florestal Antônio Albuquerque. Essa obra foi idealizada pelas artistas plásticas Neide Ono e Marisa Oshiro Tibana e é composta por peças fundidas em alumínio e metal dourado sobre fundo de granito preto. Possui um detalhe vazado no painel que deixa a luz do sol e da lua interfira na paisagem, proporcionando aspectos múltiplos no contexto trabalhado que pode ser visto sob vários ângulos. (CAMPO GRANDE, 2006).



PRIMEIRA PARADA - RUA 26 DE AGOSTO

Em 14 de agosto de 1875 chega José Antônio à frente de numerosa caravana, composta de onze carros mineiros, carregados de alimentos, mudas e sementes de árvores frutíferas, um lote de gado de cria, dentre outras coisas, acompanhado de sua esposa Maria Carolina de Oliveira e de seus filhos Antônio Luiz, Joaquim Antônio, Francisca, Perciliana, Ana Constança, Rita e Maria Nazareth, o genro Manoel Gonçalves, alguns sobrinhos, escravos e amigos, constituindo um grupo de 62 pessoas. Uma das primeiras providencias foi a construção de oito ou mais ranchos às margens do córrego Prosa, os quais faziam frente para a atual rua 26 de Agosto. É possível observar a quantidade de casas em Campo Grande, em 1909, de acordo com o mapa a seguir, confeccionado por Nilo Javari Baren.



<https://www.google.com.br/maps/@-20.4699469,-54.6229615,16z?hl=pt-BR>



Fonte: Revista ARCA, n.13, 2007

A rua 26 de Agosto, primeira rua da cidade, foi a mais importante da vila durante quatro décadas. Recebeu as seguintes denominações: rua Velha, Afonso Pena e 26 de Agosto (em homenagem a data de emancipação municipal).



SEGUNDA PARADA - IGREJA SANTO ANTÔNIO



Fonte: Revista Arca, nº 12, 2006

José Antônio Pereira em cumprimento a uma promessa feita a Santo Antônio, construiu uma singela capela de madeira na rua 15 de novembro esquina com a avenida Calógeras, tem-se registro de sua instalação em 1879. Segundo Gardin (1999) no retorno a Campo Grande, em 1875, José Antônio Pereira fez trajeto diferente da primeira viagem, passando por Sant'Ana do Paranaíba e trouxe consigo uma grande comitiva.

No percurso tiveram de enfrentar vários problemas, dentre eles, um surto de malária. Sendo prático de farmácia e adepto da fitoterapia, decidiu interromper a viagem, permanecendo no caminho o tempo suficiente para conter a epidemia. “Diante desse problema, o chefe da caravana faz um pedido ao seu santo protetor - o Santo Antônio - para que salve seus acompanhantes daquele terrível mal, sob a promessa de lhe prover uma capela no local de destino.” (GARDIN, 1999, p. 51). Esta foi

a origem do primeiro nome de Campo Grande: Arraial de Santo Antônio do Campo Grande.

A igreja passou por reformas e, anos mais tarde, por imposição do arruamento, foi demolida em 1909 para dar lugar à outra, de alvenaria, construída em 1930 em nova localização, poucos metros do local original. (ARCA, 2002). Gardin (1999) afirma ainda que esta edificação, por apresentar problemas estruturais, foi demolida no final da década de 1970 e em 1989 foi inaugurada a atual Igreja Santo Antônio.

No jardim em frente da igreja está colocada a estátua de Santo Antônio, uma obra datada de 1922 que fazia parte do acervo de imagens do antigo templo. Por ocasião da visita do Papa João Paulo II, em 1991, a estátua foi reinaugurada e fixada no local, numa homenagem dos campo-grandenses ao padroeiro da cidade.



Fausto Furlan. Pátio da Igreja Santo Antônio. 54 cm X 42 cm. Óleo sobre tela. 1970. Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>. Acesso em 12 de janeiro de 2016



TERCEIRA PARADA - COMPLEXO FERROVIÁRIO



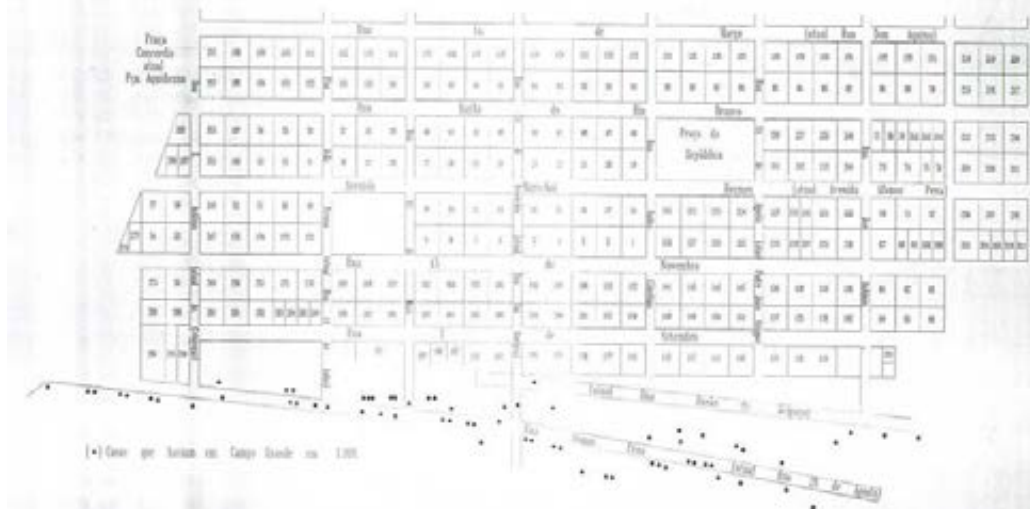
Fonte: Revista Arca, nº 15, 2011

A localização de Campo Grande atendia aos objetivos econômicos e estratégicos da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), sendo escolhida para sediar uma Diretoria Regional que atenderia todo o sul de Mato Grosso. Em 1907 chegou a Campo Grande o engenheiro Emílio Schnoor e sua comitiva, com o objetivo de estudar a área, definir o traçado da ferrovia, construir instalações para abrigar os serviços técnicos e burocráticos, e casas para atender aos funcionários.

Esta Companhia interferiu na estrutura da área urbana de Campo Grande e das cidades situadas ao longo da ferrovia, desde o traçado em forma de tabuleiro de xadrez, até o Código de Posturas com diretrizes de ocupação, medidas de higiene e de saúde pública.

Em função das necessidades impostas pela nova dinâmica incorporada à cidade, foi necessária a realização de algumas ações para a instalação da estrada de ferro. Por essa razão, foi encomendada a primeira planta para a cidade de Campo Grande, denominada na época de plano de alinhamento de Ruas e Praças, elaborado por Nilo Javari Baren, em 1909.

**REPRODUÇÃO DA PLANTA DO PLANO
DE ALINHAMENTO DAS RUAS E PRAÇAS,
ELABORADO POR NILO JAVARY BAREM EM 1909**



Fonte: Revista ARCA, n.13, 2007

Em 1914 foi concluída a Estação de Ligação da ferrovia, em um local a leste de Campo Grande. É impossível não destacar o avanço que chegou a Campo Grande junto com os trilhos, o movimento que mudou a rotina da cidade, a espera pela notícia vinda de São Paulo, pela novidade (roupas, calçados, entre outros) a cada chegada do trem e o desejo de concretizar sonhos trazidos de muitos lugares.

Gradativamente as necessidades de consumo da população da Vila colaboraram e permitiram que fossem instaladas as olarias, as ferrarias e marcenarias que consertavam e fabricavam carretas, carroças, ferraduras, contribuindo também para a fixação da atividade comercial, atacado e varejo, no centro da Vila.

A nova ordem imposta pela ferrovia favoreceu a transferência do principal eixo econômico Cuiabá-Corumbá, definido pela hidrovia do rio Paraguai, para Campo Grande-São Paulo. A regularização das viagens ferroviárias motivou os fazendeiros do município de Campo Grande e regiões circunvizinhas, a instalarem residências nessa cidade, para melhor controlar seus negócios de exportação de gado, permanecer mais próximo à administração local, interferindo nos destinos políticos da região, inteirando-se dos acontecimentos que ocorriam nos centros econômicos do país, em especial Rio de Janeiro e São Paulo.

Além disso, permitiu o surgimento e constituição de outro centro comercial exterior à Rua 26 de agosto, situado no quadrilátero da Rua 15 de Novembro à Avenida Mato Grosso e da Avenida Calógeras à Rua Rui Barbosa. O afluxo de migrantes e passageiros em trânsito motivou a abertura de casas comerciais atacadistas, hotéis, pensões, bares, casas de secos e molhados que naquele tempo não eram sofisticados como os de hoje.

No complexo ferroviário de Campo Grande, a arquitetura das casas permite “ler” que tipo de função o morador ocupava na Noroeste do Brasil.

A Lei Municipal n. 3.249, de 13 de maio de 1996, dispõe sobre o tombamento do Complexo Ferroviário de Campo Grande, localizado na Vila Noroeste, compreendendo o espaço da Estação Ferroviária na Rua 14 de Julho, Rua dos Ferroviários, travessa Dr. Temístocles Brasil e Rua Dr. Ferreira, pertencentes à Rede Ferroviária Federal (ARCA, 2002). Construída em projeto de concepção europeia e inaugurada em 1914, a Estação Ferroviária é o núcleo principal do Sítio Histórico que possui ainda a atual Feira Central, o Armazém Cultural Helena Meireles, o Conjunto residencial Ferroviário (CAMPO GRANDE, 2006).

O complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) foi tombado pelo Iphan, em 2009. São 22,3 hectares e 135 edifícios em alvenaria e madeira, erguidos em datas diferentes a partir da ampliação das atividades da ferrovia, e ainda mantém parte dos trilhos que não foram retirados da área urbana da capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Dentre os imóveis, estão as casas dos operários, dos funcionários intermediários e dos graduados, além da estação, construída a partir de 1914, com ampliações em 1924 e 1930.

O tombamento considerou a relevância cultural do complexo ferroviário, em âmbito nacional, devido ao seu sentido geopolítico e de integração nacional, aproximação política e econômica do sul do Mato Grosso com São Paulo, e a urbanização do início de Campo Grande. A ferrovia favoreceu a transferência do eixo econômico Cuiabá e Corumbá, por meio da navegação no rio Paraguai, para Campo Grande e São Paulo.

Com as transformações na paisagem da cidade de Campo Gran-

de provocada pela instalação e encerramento das atividades da ferrovia alguns locais passaram a desempenhar outras funções, diferentes das funções originais para que foram construídos, dentre as principais temos:

- **Na Avenida Calógeras, onde funcionava o pernoite da chefia da N.O.B. hoje funciona a Sede do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso Do Sul**
- **A casa do engenheiro chefe, hoje fica o Memorial dos Prefeitos “Carlos Miguel Mônaco”.**
- **No armazém de cargas, hoje funciona o Armazém Cultural.**
- **Na rua General Melo, onde funcionava o Escritório do Distrito de Produção de Campo Grande, hoje funciona a Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.**
- **A Feira Central se constitui hoje no espaço de maior divulgação do Conjunto dos Ferroviários pela grande circulação de moradores de Campo Grande e, também, de turistas.**

Cada uma das novas utilizações citadas acima se configura como elementos integrantes desse contexto de desenvolvimento local que permite a conservação do patrimônio histórico e promove uma requalificação e reorganização do espaço urbano, além de promover a economia local e o turismo.

Memorial dos Prefeitos “Carlos Miguel Mônaco”



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=781908>

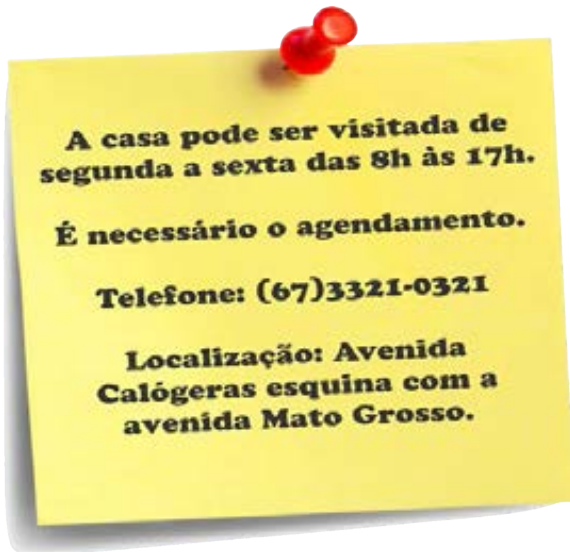
A casa do engenheiro, como é conhecida popularmente, foi construída em 1935. Trata-se de edificação térrea com porão. O edifício, integrante do complexo Ferroviário de Campo Grande, foi tombado em 1996, como patrimônio histórico e cultural do município.

O estilo da construção da Casa é o ecletismo, cuja característica é o resgate do passado por meio do emprego de elementos construtivos de dois ou mais estilos. Surgiu na Europa no final do século XVIII e foi utilizado até o início do século XX.

Na restauração da casa da ferrovia, a Prefeitura de Campo Grande identificou e resgatou elementos decorativos escondidos pela pintura. O trabalho respeitou os elementos construtivos mantendo as características originais do prédio, seguindo as normas os órgãos de preservação do patrimônio histórico. Materiais e elementos substituídos seguiram a

especificação encontrada, respeitando a qualidade, forma e desenho.

A casa da ferrovia foi escritório da 5ª residência da estrada de ferro NOB. Abrigou os altos funcionários da ferrovia e seus familiares por meio século. Com a privatização da ferrovia o prédio foi adquirido pelo Município em 1996, e após a revitalização em 2007, passou a abrigar o gabinete do Prefeito e a galeria dos Ex- Prefeitos de Campo Grande. A casa hoje é conhecida como “Casa Engenheiro Carlos Miguel Mônico”.



Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul - IHGMS



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=781908>

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) foi criado em março de 1978, a partir do desmembramento da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALHCG), instituição fundada em 1971, cujo desmembramento também deu origem à Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL). Dentre seus objetivos está a publicação de obras acerca da história e geografia do estado de Mato Grosso do Sul.

Paulo Coelho Machado ocupou a presidência do Instituto de 1978 até 1989. A partir daquele ano, juntamente com J. Barbosa Rodrigues na presidência e Acyr Vaz Guimarães na vice-presidência, Hidelbrando Campestrini tornou-se secretário do Instituto, cargo que deixou em 2000 para tornar-se presidente da entidade até os dias atuais.

O IHGMS ocupa hoje o prédio do hotel de trânsito utilizado pela chefia da N.O.B.

Armazém Cultural



Fonte: www.guiadasemana.com.br

O Armazém foi construído em 1938 com o objetivo de guardar os produtos transportados pela via férrea. O imóvel faz parte do complexo arquitetônico da Esplanada da Ferrovia de Campo Grande. Após o tombamento do complexo ferroviário passou por uma ampla reforma e foi reinaugurado em 15 de setembro de 2004, com a denominação de Armazém Cultural. Em 27 de dezembro de 2005, sua denominação passou a ser Armazém Cultural Helena Meireles, de acordo com a lei nº 4.357.

Esse local foi adaptado para a realização de eventos sociais, culturais e promocionais, com capacidade para receber cerca de mil pessoas. Com dimensões de 11,5m. x 125,90m, o Armazém Cultural possui pouco mais de 1.440m² de área livre, totalizando cerca de 1.520m² de área construída. O salão não possui forro, deixando aparentes as tesouras de madeira, as telhas e um duto circular do ar condicionado.

Esse prédio é administrado pela Fundação Municipal de Cultura/FUNDAC. Telefone para contato 3314-3227.

Feira Central



Fonte: <http://www.capital.ms.gov.br/sedesc/pontosTuristicos>

A Feira Central ou Feirona foi fundada por meio decreto, em 4 de maio de 1925, pelo então intendente municipal Arnaldo Estevão de Figueiredo. De acordo com o site da Feira Central o primeiro local ocupado foi a avenida Afonso Pena e funcionava das 8h às 16h aos sábados.

Dois anos mais tarde mudou o horário de funcionamento por decreto municipal, passando para quinta-feira e domingo das 6h às 10h. Segundo Walter Valente, em depoimento a Revista Arca, nº 7 de 2000, filho de Antônio Valente, explicou a relação do seu pai com a Feira. Segundo ele seu pai tinha uma grande área que margeava os trilhos da Noroeste, entre a atual Avenida Afonso Pena e Rua Sete de Setembro, e que ele doou uma parte da terra e organizou os feirantes nesse local, ocupado atualmente pelo Mercado Municipal Antônio Valente.

De acordo com o depoimento de Walter Valente isso aconteceu devido ao convívio de seu pai com a comunidade local que presenciava a dificuldade dos japoneses para transportar e vender sua produção de verduras. Na época, não havia um lugar fixo para o comércio dessas

mercadorias e os produtores tinham de levar suas cargas cada vez para um lugar diferente, o que era difícil, pois as carroças atolavam, atrasando e sujando os produtos.

De 1958 a 1964 a Feira ocupou a Rua Antônio Maria Coelho, entre as ruas Pedro Celestino e 13 de Maio. Em 1964, a feira foi instalada na área ocupada pelas Ruas José Antônio, Abraão Júlio Rahe e Padre João Crippa, próxima ao centro da cidade, decreto do então prefeito Antônio Mendes Canale. Em 16 de dezembro de 2004 foi transferida para a Esplanada Ferroviária.

A Feira Central de Campo Grande é um dos pontos turísticos da cidade. Influenciada pela cultura e culinária dos japoneses, povo que emigrou em grande quantidade para a cidade no começo do século XX, a feira tem como destaques os tradicionais sobá, yakisoba e espetinhos com a mandioca. O espaço da ferrovia que a feira ocupa hoje foi totalmente reformado para abrigar a Feira Central.

Funcionamento: Aberta as quartas, quintas e sextas a partir das 16h e sábados e domingos a partir das 12h.



Fausto Furlan. Feira Central e Turística. 90 cm X 60 cm. Óleo sobre tela. 2010. Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>. Acesso em 12 de janeiro de 2016



QUARTA PARADA - MORADA DOS BAIS



Fonte: <http://www.capital.ms.gov.br/sedesc/pontosTuristicos>

A Morada dos Baís foi um dos primeiros sobrados construídos entre 1913 e 1918 em Campo Grande para residência da família Bernardo Franco Baís. Após sua morte, o prédio foi utilizado para hotelaria e, a partir da década de 1940, foi instalada uma pensão administrada por Nominando Pimentel, o local passou a ser conhecido como Pensão Pimentel.

Em 1947 um incêndio consumiu o madeiramento de cobertura e o piso original do prédio. No final da década de 1970 deixou de ser pensão e passou a ser utilizado para diversas atividades comerciais.

Em 4 de julho de 1986, as instalações foram consideradas patrimônio público por meio do decreto de tombamento nº 5.390 de 9 de setembro de 1986 (Campo Grande, 2006). Em 1994 sofreu uma restauração quando foram recuperados alguns afrescos pintados nas paredes

internas do prédio pela artista plástica Lídia Baís, filha de Bernardo Franco Baís.

Em 1995, sob a denominação de “Morada dos Baís” o local foi aberto ao público com a proposta de se tornar um espaço cultural para a capital.

Em 2015 o SESC assumiu a administração da Morada junto ao município. A intenção é fazer do prédio histórico um local de encontros de cultura. Todas as alterações foram feitas sem prejuízo histórico. Na área que não é tombada, há uma sala de cinema, espaço para oficinas de artes e, do lado de fora, tem um espaço para integração, com telão pro cinema ao ar livre e área para shows e teatro.

Na Morada dos Baís está o Museu Lídia Bais, o qual ocupa o antigo refeitório do casarão, neste local foi adaptado o quarto da artista transformado em museu.



<http://www.panoramio.com/photo/41659971>

Além disso, o local possui exposições permanentes das obras dos artistas Conceição dos Bugres e Jorapimo.

Morada dos Baís é aberta de segunda-feira a sexta-feira, funciona das 8h às 21h. Sábado fica aberta até às 16h.

Oferece visita monitorada quando agendado antecipadamente.

Telefone: (67) 3311.4300

Endereço: Avenida Noroeste, 5140, Centro.

Junto à Morada dos Bais há uma central de atendimento ao turista/CAT que funciona de terça-feira a sábado das 08h às 18h – Domingo das 9h às 12h. Nesse CAT é realizado o agendamento para o City-Tour: (67) 3314-9968.



Fausto Furlan. Encontro da Avenida Afonso Pena com Rua 14 de Julho. 62 cm X 48 cm. Óleo sobre tela. 1970. Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>. Acesso em 12 de janeiro de 2016

QUINTA PARADA - QUARTEL DA AFONSO PENA



Fonte: Revista Arca, nº 15, 2011



<https://www.google.com.br/maps>

Na década de 1920 Campo Grande foi escolhida para sediar o Comando Militar, o qual congregaria todas as unidades militares sediadas no Estado de Mato Grosso, assumindo Campo Grande o “status” de capital militar. Este fato fez com que Campo Grande recebesse um importante conjunto de construções e instalações militares que promoveram significativos desdobramentos na sua estrutura urbana.

A interação entre militares e campo-grandenses, o constante remanejamento destes militares possibilitou a repercussão e influência do tenentismo no movimento divisionista do Estado de Mato Grosso.

Na década de 1920 a municipalidade assumiu um compromisso com o Ministério da Guerra, estabelecendo a cedência da área para construção do Quartel General, o qual foi edificado entre os meses de fevereiro e setembro de 1922, situado na avenida Afonso Pena, entre as ruas Rui Barbosa e 13 de maio, sendo ampliado e reformado em 1934. Foi declarado Patrimônio Histórico Estadual pela Lei Municipal n. 1.526, de 26 de julho de 1994 (CAMPO GRANDE, 2006).



Fausto Furlan. Entrada da Base Aérea. 54 cm X 45 cm. Óleo sobre tela. 1970. Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>. Acesso em 12 de janeiro de 2016



SEXTA PARADA - CENTRO DA CIDADE

RUA 14 DE JULHO



http://www.pmcg.ms.gov.br/cgnoticias/noticiaCompleta?id_not=4254

Com a chegada da ferrovia, e a regularidade das viagens de trens até São Paulo, aumento o fluxo de pessoas entre a rua 26 de agosto e a estação ferroviária, com isso permitiu o surgimento e constituição de outro centro comercial exterior à Rua 26 de agosto, situado no quadrilátero da Rua 15 de Novembro à Avenida Mato Grosso e da Avenida Calógeras à Rua Rui Barbosa. O afluxo de migrantes e passageiros em trânsito motivou a abertura de casas comerciais atacadistas, hotéis, pensões, bares, casas de secos e molhados que naquele tempo não eram sofisticados como os de hoje.

É possível observar hoje na área central da cidade a coexistência do passado e do presente, dos velhos prédios de quatro andares que mantêm as suas fachadas, mas que já apresentam diferentes usos. A paisagem da área central possibilita um breve resgate de parte da história local.



SÉTIMA PARADA - PARQUE DOS PODERES



<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=713192&page=2>

O processo de crescimento da cidade ganha um novo impulso em 11 de outubro de 1977, quando o governo federal assinou a Lei Complementar nº 31, estabelecendo a divisão de Mato Grosso e a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Com isso, Campo Grande foi elevada à condição de capital do novo Estado.

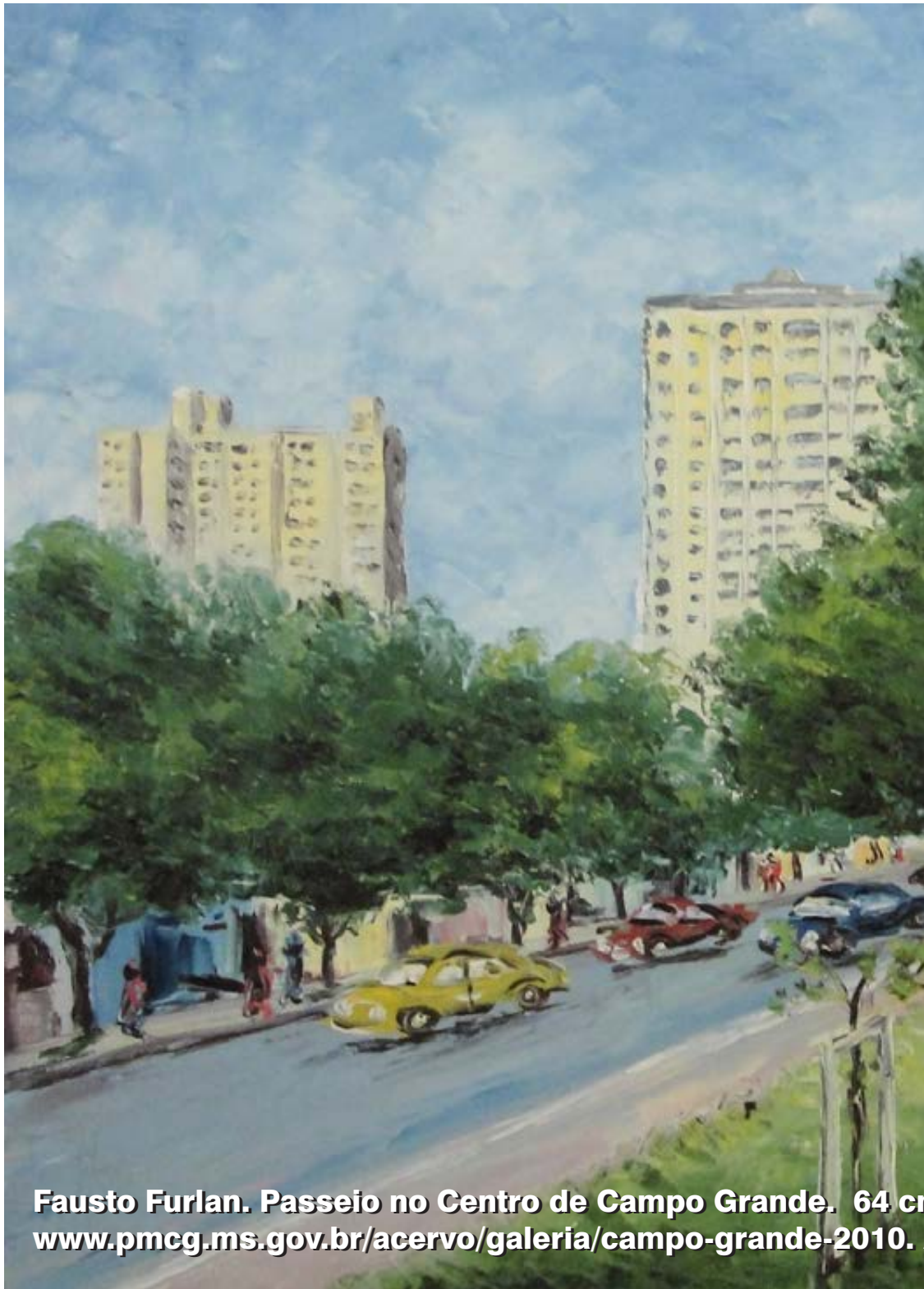
Após 1977 a cidade sofreu importantes mudanças em sua paisagem urbana. A construção de prédios de apartamentos residenciais para a classe média; a ampliação da rede de comércio e serviços; o surgimento de lojas de departamentos, supermercados e shopping center, as construções de grandes obras públicas, como o Parque dos Poderes, os prolongamentos de avenidas e a canalização de córregos, constituíram exemplos da transformação da paisagem campo-grandense.



Parque dos Poderes - <http://www.diariodamidia.com.br/noticias/turismo/conhecendo-campo-grande-parque-dos-poderes-1813>



<http://www.fm100.com.br/admin/uploads/noticias/460x/e8ada30fb814c44c483b785895d597f9.jpg>



Fausto Furlan. Passeio no Centro de Campo Grande. 64 cm
[www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010.](http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010)



m X 49 cm. Óleo sobre tela. 1970. Disponível em <http://>
Acesso em 12 de janeiro de 2016



TRILHA 2

ÁREAS VERDES

Segundo o Ministério do Meio Ambiente as áreas verdes urbanas são o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades.

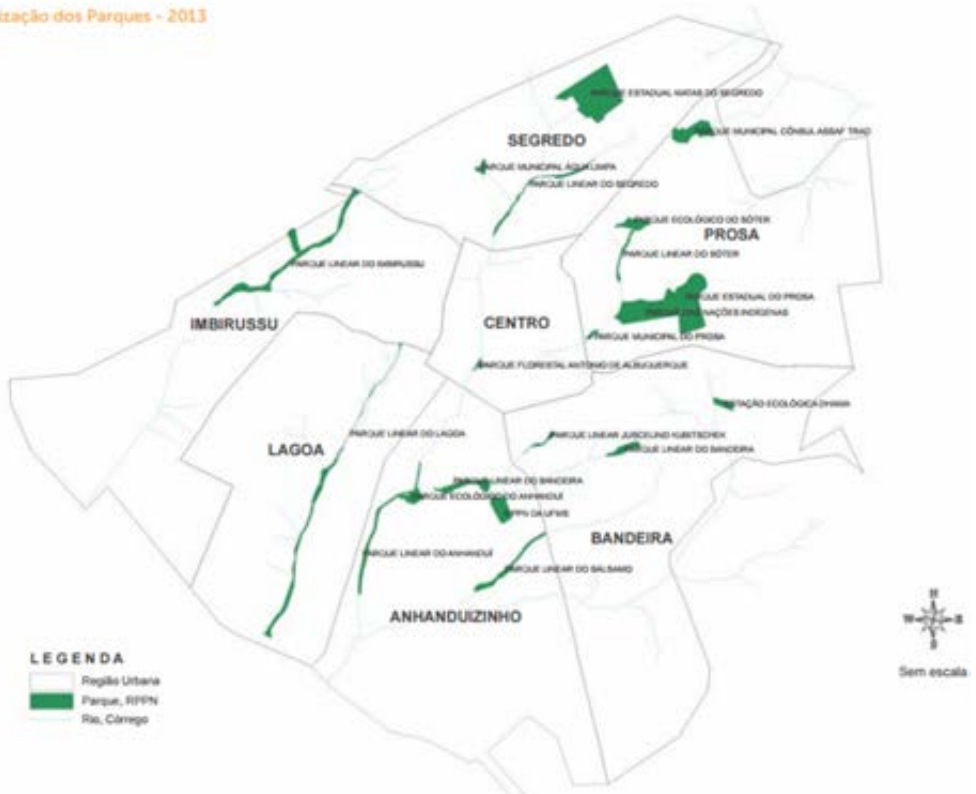
Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados.

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público “o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”.

As áreas verdes urbanas constituem-se em importantes instrumentos para a regulação do clima urbano, manutenção da biodiversidade, controle de poluição atmosférica e sonora, atenuação da erosão e inundação na malha urbana, além dos aspectos paisagísticos, de lazer e recreativos na cidade. A vegetação tem um importante papel na proteção contra a insolação prolongada, reduzindo o desconforto térmico causado pela urbanização, além de servir de parâmetro para avaliar a qualidade de vida nas cidades. O papel dos vegetais interceptando, absorvendo, refletindo e transmitindo radiação solar, diminuem a formação de ilhas de calor nas cidades e interferem na direção e velocidade dos ventos, sendo extremamente eficientes na melhoria do clima urbano. Assim nesse segundo roteiro conhecer áreas verdes pode levar o aluno entender a relação ser humano/natureza e como isso acontece no seu município.

O mapa a seguir mostra a localização das principais áreas verdes de Campo Grande.

Localização dos Parques - 2013



Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande 2014



Fausto Furlan. Parque das Nações Indígenas. 90 cm X 60 cm
<http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2>



**m. Óleo sobre tela. 2010. Disponível em
2010. Acesso em 12 de janeiro de 2016**



PARQUES URBANOS

Parque Estadual do Prosa

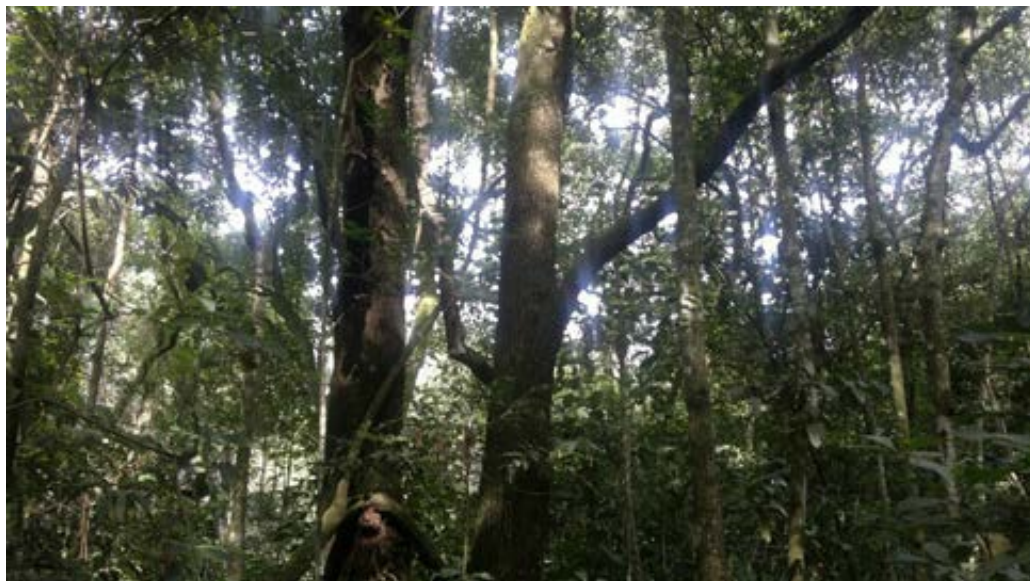


Fonte: Talgatti Silva, 2016

O Parque Estadual do Prosa (PEP) está localizado nos altos da avenida Afonso Pena, em Campo Grande/MS. Criado pelo Decreto Estadual n. 1229/81, como Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, e em 21 de maio de 2002 foi reclassificado como Parque Estadual do Prosa por meio do Decreto Estadual nº 10.783 de 21 de maio de 2002, atendendo as recomendações da Lei n. 9.985, de 18 de junho de 2000 (SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). Possui uma área de 135,2573 hectares localizado na área urbana do município de Campo Grande.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual do Prosa (2011), o Parque tem como objetivos de sua criação, enquanto Unidade de Conservação, resguardar a fauna, a flora e as belezas naturais do local. Suas características físicas e biológicas, aliadas a sua localização urbana facilitam a sua utilização para atividades de pesquisa científica, educação e interpretação ambiental.

No interior do Parque encontramos as nascentes dos córregos: Desbarrancado e Joaquim Português que, ao se confluírem, iniciam o Córrego Prosa. Predomina a formação da vegetação de Cerrado e matas de galeria. Sua vegetação encontra-se em processo de regeneração bastante avançado; a área sofreu intervenções agropecuárias no passado. Além das particularidades de vegetação, o Parque representa um dos últimos fragmentos remanescente do bioma cerrado dentro do perímetro urbano de Campo Grande.



Cerrado - Fonte: Talgatti Silva, 2012

Além do mais o PEP é uma ferramenta estratégica de formação de opinião pública sobre a importância de preservar a biodiversidade por meio de Unidades de Conservação.

O PEP tem como atividade de Educação Ambiental a realização de trilhas com diferentes graus de dificuldades, isso depende da idade e característica do grupo. As trilhas duram em média de 40 minutos a 1h30 e é feita na coordenação de um técnico da reserva acompanhado por um estagiário.

Num primeiro momento, o grupo faz uma caminhada na mata fechada enquanto o guia mostra e conversa sobre as plantas nativas encontradas pelo caminho.



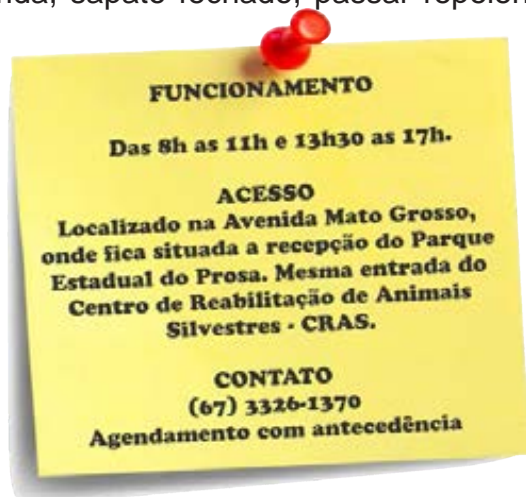
Início da trilha - Fonte: Talgatti Silva, 2016

Em seguida, em um pequeno auditório no meio da reserva é realizada uma fala sobre os animais do cerrado, existem algumas espécies taxidermizadas no local. Depois disso, a trilha segue até uma área que mostra a junção dos córregos Joaquim Português e Desbarrancado, que dão origem ao Córrego Prosa.



Nascente do córrego Prosa - Fonte: Talgatti Silva, 2012

Por fim, segue para o CRAS (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres), um espaço construído para receber, triar, reabilitar e dar destino adequado para os animais silvestres apreendidos em fiscalizações. As trilhas com visitas ao CRAS ocorrem apenas nas terças, quintas e sábados. Alguns cuidados precisam ser tomados durante a trilha, como usar calça comprida, sapato fechado, passar repelente e levar garrafa com água.



Parque do Prosa, Talgatti Silva, 2014.

Parque Estadual Matas do Segredo

A história do Parque perpassa pela história do desenvolvimento



Entrada do Parque Estadual Matas do Segredo

Fonte: <http://www.semade.ms.gov.br/parque-estadual-matas-do-secreto-abre-as-portas-a-comunidade-dia-17-com-nova-estrutura/>

da cidade de Campo Grande e confunde-se com a história da colônia japonesa na cidade. Segundo dados de Palma (2004) em 1917, os senhores Gonshiro Nakao, Kosuke Guenka e Zenei Nakao adquiriram, em sociedade, um terreno com 70 hectares na região da nascente do córrego Segredo. Foi a primeira propriedade japonesa em Campo Grande. A aquisição deste terreno despertou os demais “okinawas” a adquirirem novas áreas na região. Rapidamente, a região se tornou a primeira colônia agrícola dos japoneses em Campo Grande.

Conforme Palma (2004) com o passar dos anos, parte das áreas adquiridas pela colônia japonesa foi transformada em uma única área denominada Chácara Santa Inês. No dia 26 de julho de 1986, essa chácara foi adquirida pelo extinto PREVISUL (Instituto de Previdência Social de Mato Grosso do Sul) tendo como objetivo transformar a área num lotea-

mento de residências. No final da década de 1980 por meio de iniciativas dos moradores do Jardim Campo Belo e do Jardim Presidente, bairros circunvizinhos à área, juntamente com a Organização Não-Governamental Ecologia e Ação (ECOA), a Associação de Biólogos de Mato Grosso do Sul, a Associação de Hortifrutigranjeiros de Campo Grande e com a Diretoria do Centro de Abastecimento de Mato Grosso do Sul/CEASA realizaram um abaixo assinado com o objetivo de pressionar o governo do Estado a efetuar a desapropriação e transformar o local em uma área protegida. A Secretaria de Meio Ambiente celebrou com o extinto PREVISUL um instrumento de comodato criando o Jardim Botânico de Campo Grande por meio do Decreto Estadual nº 7.119 de 17 de março de 1993. Em 5 de junho de 2000 a área foi renomeada de Parque Estadual Matas do Segredo por meio do decreto 9.935.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual das Matas do Segredo, 2009, o Parque tem como objetivo preservar amostras de cerrado e matas nele associados, espécies de flora e fauna, a manutenção de bacias hidrográficas e valorização do patrimônio paisagístico e cultural de Campo Grande, objetivando sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza. Preserva as nascentes do córrego Segredo, com 177,58 hectares e está localizado na Região Urbana do Segredo.

O centro de Visitação foi inaugurado em 17 de abril de 2015. O Parque dispõe de trilhas ecológicas (abertura prevista para visitação em 2016), mirante e Centro de Visitantes. Ocupa uma área de 188 hectares.

Localiza o: Rua Josefina Migarelli, s/n, Bairro Mata do Segredo. Contato: 3351-9549. Agendamento com antecedência.



Parque Florestal Antônio de Albuquerque



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/35931877>

O Parque Florestal Antônio de Albuquerque, conhecido como Horto Florestal, foi criado em 1912 pelo Intendente José Santiago que reservou a área para o município, a qual possuía uma vegetação característica de cerrado e o encontro de dois córregos, o Segredo e o Prosa, que ali se juntam para formar o rio Anhanduí.

Esta área possuiu inúmeras atividades, uma delas foi o Matadouro Municipal ou Salgadeira como era popularmente chamada, pois ali que se salgava o couro do gado que era posteriormente enviado para São Paulo pela ferrovia.

Em 1923 foi criado no local o Parque Municipal de Campo Grande durante o governo do Dr. Arlindo de Andrade Gomes, prefeito da cidade. Em 1956 o parque passa a ter os cuidados de Antônio de Albuquerque, que cultivava mudas para arborizar a cidade, a partir desse momento recebe a denominação de Horto Florestal. Em 19 de maio de 1995, no

governo de Juvêncio Cesar da Fonseca, após uma ampla reurbanização o Horto Florestal passa a se chamar Parque Florestal Antônio de Albuquerque.

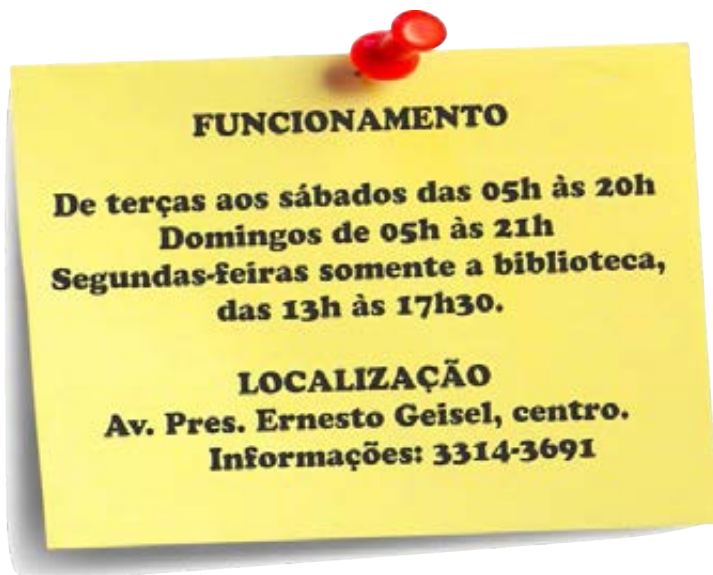
Com área atual de 4,5 hectares, localizado na Região Urbana do Centro, o horto é parte integrante do setor histórico da cidade tendo em suas imediações importantes referências do patrimônio da cidade.



<http://leocadio.wikispaces.com/Campo+Grande+1>

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=53673857>

O Parque Florestal Antônio de Albuquerque dispõe atualmente de inúmeras opções de lazer com destaque para conchas de mocha e de medalha, parque infantil, pista de skate, teatro de arena, oficinas artísticas e culturais, além da Biblioteca Municipal Prof.^a Ana Luiza do Prado Bastos.



Parque dos Poderes



<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=713192&page=2>

O Parque dos Poderes recebeu essa denominação por abrigar os principais órgãos dos poderes executivo, judiciário e legislativo do Estado. Está localizado nos altos das avenidas Afonso Pena e Mato Grosso. Suas primeiras edificações foram implantadas na década de 1980 após a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

Uma vista aérea desse conjunto revela o contorno de uma elipse tendo numa de suas extremidades o Palácio Popular da Cultura, no projeto original é previsto a construção do Palácio do Governo, em área ainda disponível na outra extremidade.

Nas proximidades estão instalados os prédios da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Palácio das Comunicações, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Contas e Quartel da Polícia Militar, além de sede para clubes de servidores.

Parque das Nações Indígenas



Fonte: Talgatti Silva, 2016

Criado pelo Decreto Estadual n.7.082, de 26 de fevereiro de 1993, o Parque das Nações Indígenas está localizado na Região Urbana do Prosa, maior parque urbano de lazer da cidade.

A vocação cultural do parque fica evidente no próprio nome. Conforme Maymone (2009) algumas das nações indígenas que ocupavam o território sul-mato-grossense, não apenas batizam o lugar, como são representadas em cada um dos pórticos, portais de acesso que levam o nome de etnias do Mato Grosso do Sul: Kaiowá, Guarany, Nhandevá, Kadiwéu, Terena e Ofaié.

O Parque possui sítios arqueológicos, descobertos durante a sua construção em 1996. Em levantamentos feitos na área, os profissio-



Pórticos de entrada do Parque das Nações Indígenas

Fonte: Talgatti Silva, 2016

nais de arqueologia da UFMS descobriram vestígios de populações da pré-história. No local foram recolhidos materiais como machados e pilões de pedra polida, ferramentas de pedra lascada e cacos de cerâmica. O sítio arqueológico do Prosa está registrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Natural (Iphan).

Possui uma área de 119 hectares, ocupa um fundo de vale que deu lugar à área consolidada para lazer, recreação e para a prática de atividades esportivas. Está sob a administração da Gerência de Unidades de Conservação (GUC/IMASUL) desde 2010, e encontra-se instalado entre os limites da Avenida Antônio Maria Coelho, a Avenida Prof. Luís Alexandre de Oliveira, Avenida Ivan Fernandes Pereira, a Avenida Afonso Pena e o Parque Estadual do Prosa.

O Parque das Nações Indígenas, juntamente com a área do Parque Estadual do Prosa e o Parque dos Poderes compõem a maior área verde urbana de Campo Grande, com mais de 300 ha, boa parte dos quais destinados ao lazer, a recreação, a educação ambiental e ao turismo em contato com a natureza.

O córrego Prosa, cuja nascente está na reserva do Parque Estadual do Prosa, forma ali um grande lago que tem uma pequena ilha e um píer. Suas águas cortam toda a extensão do parque, com pontes para travessia.



Fonte: Talgatti Silva, 2016

Durante caminhadas, é possível avistar capivaras, tatus, tamanduás, araras e tucanos. Isso ocorre porque a área é contígua ao Parque Estadual do Prosa, e além disso, o córrego Prosa, que atravessa o parque, possui mata ciliar.

Embora setenta por cento de sua extensão tenha cobertura em grama, o Parque mantém vegetação nativa e núcleos de árvores ornamentais e frutíferas plantadas pelos antigos proprietários. O parque possui as instalações do Monumento ao Índio, Museu de Arte Contemporânea, o Museu das Culturas Dom Bosco, a Concha Acústica Helena Meireles, a Fundação de Turismo de MS, a sede da Polícia Militar Ambiental do Estado, além dos extensos caminhos de circulação utilizados como pistas de caminhadas e ciclovias.

O Parque das Nações Indígenas funciona todos os dias das 6 às 22 horas, devendo nas segundas-feiras, permitir acesso somente pelo Portal Guarani, situado na Av. Afonso Pena, 7000.

Localização: Altos da Av. Afonso Pena

Informações: (67) 3326-2254



Fonte: Talgatti Silva, 2016

Parque do Sóter



http://www.capital.ms.gov.br/egov/sedesc/galeria/24106_galeria.jpg

O Parque Ecológico do Sóter-PES foi criado em 5 de novembro de 2003, pela Lei Municipal n. 409. O parque contempla uma área de 22 hectares, é delimitado pela Rua Salsa Parrilha, Rua Tatuapará, Rua Herminia Grize, Rua Antônio Rahe, Rua Cristóvão Lechuga Luengo, Rua Jamil Basmage e Rua Rio Negro.

Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano o PES foi criado com base nas seguintes finalidades:

- I - recuperar, proteger e conservar a nascente do Córrego Sóter e seu entorno imediato, incluindo a fauna e flora associados;
- II - criar condições e promover a educação e a interpretação ambiental em contato com a natureza; e,
- III - qualificar espaços livres existentes para atender à demanda da população por locais de lazer, recreação e contemplação. (CAMPO GRANDE, Lei 4.091, 2003, Art. I).



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/97140142>

Em 22 de dezembro de 2006, o Parque Ecológico do Sóter passou a ser denominado de “Francisco Anselmo Gomes de Barros” - Lei nº 4432, de 2006.



Parque Ecológico do Anhanduí



Fonte: Talgatti Silva, 2016

O Parque Ecológico do Anhanduí foi criado pela Lei n. 3.762, de 19 de junho de 2000, ocupa uma área de 18,3 ha, está localizado no prolongamento da Av. Ernesto Geisel, nas proximidades do córrego Bandeira e do rio Anhanduí.

Essa Unidade de Conservação apresenta ambientes diversificados, não só pelas características naturais, mas também pelas alterações impostas pelo ser humano. Grande parte dela constitui-se em área de preservação permanente visto que pelas suas características físicas e biológicas permitem classificá-la como vereda, portanto uma Reserva Ecológica segundo Resolução CONAMA 004/85.

Segundo o documento Estudo Ambiental e Plano Diretor Parque Ecológico do Anhanduí de 2000, elaborado pela PLANURB, o parque foi criado para delinear projetos de EA com o objetivo de sensibilizar a

população para a importância de se ter uma área verde num ambiente urbano. Nesse sentido, ações de EA desenvolvidas devem possibilitar à comunidade o acesso às informações sobre a interação dos elementos biológicos que caracterizam essa área. O conhecimento desses processos naturais facilita a compreensão dos benefícios sociais e ambientais que a conservação desse local traz, além de estimular a participação responsável dos indivíduos e da coletividade, propiciando atividades que visem mudanças de valores e atitudes.

Em 7 de junho de 2007, foi inaugurado a sede administrativa, composta por duas salas, cozinha, banheiros, um teatro de arena, e 2012 foi construído um auditório com capacidade para 50 pessoas.



Fonte: Talgatti Silva, 2016

O Parque Ecológico Anhanduí, é considerado a primeira unidade urbana municipal de preservação de Campo Grande e também uma área de preservação permanente. Constituída basicamente por vereda que se caracteriza por apresentar solo encharcado que contém nascentes de cursos d'água, além de um pequeno lago. Há uma flora composta

por buritis e fragmentos do cerrado. A fauna do parque é rica em aves como Araras-Canindé, maracanã de cara amarela, Curicaca, Maritacas, Gavião-carcará, também há lobinhos, gambás, diversas espécies de serpentes (Capitão do Mato, Coral) Teiús, Cágados, capivaras entre outros. Atualmente o parque é aberto ao público para desenvolver pesquisas, atividades de educação ambiental, conservação e preservação da área.



Parque Anhanduí, Henrique Manoel R. Alberto, 2015.

FUNCIONAMENTO
De segunda à sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 16h30min.

CONTATO
(67) 3314-9560
Agendamento com antecedência
E-mail: pqanhandui@gmail.com

ENDEREÇO
Avenida Presidente Ernesto Geisel,
n° 3710, Bairro Guanandi II.

Parques Lineares



Fausto Furlan. Nascente do córrego Prosa. 73 cm X 50 cm. Óleo sobre tela. 1970. Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>. Acesso em 12 de janeiro de 2016

O Plano Diretor de Campo Grande (1995) estabeleceu que todas as áreas de matas ciliares, assim como as áreas de nascentes de todos os córregos do município, são Áreas de Interesse Urbanístico e Ambiental, das quais será exigido aproveitamento adequado nos termos da Constituição Federal de 1988.

A Lei Municipal 2567/88, de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo de Campo Grande, estabelece restrições para a aprovação de empreendimentos e para o licenciamento de atividades nestas áreas, que terão permitidos apenas os seguintes usos: parques, áreas de recreação e lazer, viveiros e hortos. Estabelece ainda que as faixas ciliares de proteção aos corpos d'água são consideradas non aedificandi, e serão de no mínimo 50 metros de cada lado, contados a partir de suas margens.

Segundo o perfil socioeconômico de Campo Grande (2014) os parques lineares são construídos com objetivos de proteger as margens dos córregos, suas matas ciliares e nascentes, recuperar as áreas degradadas, melhorar as condições sanitárias do entorno, reduzir as enchens

tes e proporcionar áreas de lazer para a população.

A partir de 1980 as margens dos córregos, em Campo Grande, passaram a ser ocupados por habitações irregulares, dando origem a inúmeras favelas, devido a facilidade de ocupação. A ocupação das margens dos córregos ocasionou ao longo dos anos impactos ambientais, como:

- Degradação da cobertura vegetal característica das matas ciliares aos cursos d'água;
- Introdução de vegetação exótica;
- Contaminação do solo e das águas dos córregos por esgoto doméstico;
- Despejo de resíduos sólidos no leito dos córregos;
- Favorecimento à disseminação de vetores transmissores de doenças;
- Abate e apanhe de animais silvestres, em especial pássaros canoros.

A partir do ano 2000 vem sendo implantado em Campo Grande, pelo poder público e por exigência das legislações, os parques lineares. Dentre as intervenções implantadas nos parques lineares estão a construção de casas para retirada de famílias de áreas insalubres, instalação de equipamentos públicos como escolas, unidades de saúde, áreas de lazer, reestruturação do sistema viário, com a implantação de vias urbanas pavimentadas, pontes, calçadas, ciclovia, implementação de redes de distribuição de água, rede coletora de esgotos sanitários, drenagem, energia elétrica e iluminação pública, com o objetivo de proporcionar integração urbanística e mobilidade urbana para as áreas adjacentes e a recuperação de áreas degradadas.

Parque Linear do Sóter



<https://www.google.com.br/maps/>

O Parque Linear do Sóter, criado em 5 de novembro de 2003, pela Lei Municipal n. 4091. Possui uma área de 15ha, é delimitado pela Av. Mato Grosso, Av. Nelly Martins, Rua Salsa Parrilha, e Rua Rio Negro. Segundo a legislação a sua criação tem as seguintes finalidades:

- I - acomodar satisfatoriamente o leito do curso d'água;
- II - permitir o escoamento e a infiltração das águas pluviais; e,
- III - manter viva a vegetação ciliar possibilitando a ciclagem de nutrientes, a manutenção de abrigos e alimento para a fauna e a consequente estabilização das margens do curso d'água. (CAMPO GRANDE, Lei 4091, 2003, art. I)

Um processo erosivo, provocado pela urbanização, iniciado nos anos 80, atingiu a nascente do córrego Sóter, provocando a abertura de uma voçoroca de grandes proporções, e o assoreamento do córrego ao longo de seu curso. Ambos os problemas caracterizam uma situação de degradação ambiental que se agravou com a favela ali instalada e com as precárias condições de saneamento e de habitabilidade de sua população.

De acordo com o Projeto Sóter: Programa de recuperação das áreas degradadas e de preservação do córrego Sóter (2002), teve como finalidades melhorar a qualidade de vida da população de Campo Grande, por meio da recuperação ambiental da microbacia do Córrego Sóter e da integração urbanística das áreas do entorno. Para tanto, foram previstas intervenções diretas na área, tais como: remoção e reassentamento da população nas proximidades; contenção do processo erosivo na cabeceira do córrego por meio de revegetação das encostas; construção de um parque municipal para atividades de lazer e de educação ambiental; implantação de um parque linear e revegetação das margens ao longo do curso d'água.

O córrego Sóter contribui para a microbacia do córrego Prosa. Desde a sua nascente até a sua foz possui 3,5 km de comprimento. Para a implantação do Programa foi necessário desapropriar 347 pessoas, as quais foram reassentadas nas proximidades do parque, essas famílias ocupavam irregularmente as margens do córrego ocasionando a geração de favelas.

Parque Linear Buriti-Lagoa



Fonte: Talgatti Silva, 2016

O Parque Linear Buriti-Lagoa está inserido no Projeto de Urbanização do Fundo Vale do Córrego Lagoa. Possui aproximadamente 10 km de extensão. Inicia na avenida Duque de Caxias, nas proximidades da Base Aérea e vai até o macroanel rodoviário, saída para Sidrolândia, região da Coophavilla II. Iniciou a sua construção em 2001 e finalizou no ano de 2015.

Localiza-se na região urbana do Lagoa, às margens do córrego Lagoa e das nascentes do córrego Buriti. Faz divisa com o aeroporto Internacional de Campo Grande e era formado pelas favelas Buriti, Interpraia, São Conrado, Bom Jardim e Major Juarez. O projeto abrange uma área de 165,7 hectares, margeada pelos córregos Lagoa e Buriti.

Segundo as informações do Projeto Mudando para Melhor Buriti-Lagoa (2001) o Plano contemplou: modificações habitacionais, com desfavelização e regularização fundiária por meio da construção do re-

sidencial Aquarius, no bairro Santa Emília, com 102 unidades habitacionais, para reassentar famílias que estavam morando em situação de risco; regularização fundiária no Portal Caiobá II.

A área de intervenção desse projeto envolveu diretamente mais de 1.040 famílias. O Projeto Buriti Lagoa foi planejado em parceria com o Programa Habitar Brasil -BID/Ministério de Estado das Cidades, Prefeitura Municipal de Campo Grande e Caixa Econômica Federal, por meio da participação ampla da comunidade envolvida, onde as pessoas reconheceram-se como responsáveis por construir soluções, tornando-se cidadãos inclusos, permitindo a legitimação da intervenção.

A área esteve sob intensa pressão de ocupação, sendo alvo de sucessivas invasões desde 1980, provocando situações de risco e promovendo a deterioração da qualidade socioambiental e urbana da região. Foi ocupada insalubre e irregularmente por 764 famílias que se “acomodavam” nas margens dos córregos Buriti e Lagoa e na faixa de servidão da linha de alta tensão, em condições ruins a péssimas, casas de papelão, lona, madeira e madeirite, lascas de madeira, enfim, de materiais não duráveis.

Segundo dados do projeto a participação comunitária foi proposta para esclarecer, executar, envolver, acompanhar e subsidiar as estratégias e ações do Projeto Integrado Mudando para Melhor Buriti-Lagoa 2001.



Fonte: Talgatti Silva, 2016

O envolvimento popular foi fundamental para o desenvolvimento do projeto, propiciando a implantação de uma nova cultura de práticas socioeconomicamente sustentáveis, as quais contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população local. A população foi incluída a partir da formação e fortalecimento dos grupos dos segmentos representativos: mulheres, jovens, idosos, homens e as comissões: remanejamento, regularização, pró-parque linear e a do jornal comunitário. A interface com diversas instituições, projetos, fundações e secretarias foram fundamentais, beneficiando indiretamente 12 mil pessoas, otimizando recursos, implementando as ações.

Durante todas as etapas de implantação do projeto foi realizado um trabalho social com a população envolvida, visando o esclarecimento das ações propostas, o acompanhamento de sua implantação e a monitorização dos resultados.

Esse projeto ganhou o prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local 2003/2004, segundo a Caixa o projeto buscou a preservação do meio ambiente e educação ambiental, dando acesso a condições de moradia às pessoas que viviam em condições sub-humanas às margens dos córregos. Por meio de obras de infraestrutura e moradia, capacitação dos moradores com participação nas decisões, beneficiou 2770 pessoas da comunidade às margens dos córregos Buriti e Lagoa.

Parque Linear do Segredo



<https://www.google.com.br/maps/>

A região do córrego Segredo, localizada ao norte de Campo Grande, iniciou as obras do parque linear em 2009 e terminou em 2010. As obras do Complexo Segredo contemplaram a intervenção no córrego e áreas adjacentes, com a realização de drenagem e pavimentação asfáltica, construção de ciclovias, pistas de caminhada e o Parque Linear do Segredo, além da recuperação das áreas degradadas.

O prolongamento da Avenida Norte-Sul a partir da Avenida Mascarenhas de Moraes tem uma extensão de aproximadamente 4.500 metros. O projeto permitiu a ligação da Avenida Mascarenhas de Moraes até o residencial Estrela do Sul e também a pavimentação asfáltica dos bairros próximos ao Córrego Segredo (Jardim Seminário, São Benedito, Otávio Pécora, Estrela do Sul e Coronel Antonino).

No córrego Segredo foram construídas quatro pontes e três barragens para conter as enchentes e diminuir a velocidade das águas pluviais que chegam ao rio Anhanduí. A região contemplada com o parque linear ocupa uma área de aproximadamente 35 hectares, nesse espaço foi construído um viveiro de mudas, um centro de reciclagem e quadras esportivas. Foram construídas, ainda, 372 casas nos bairros próximos para remanejamento das famílias que moravam nas margens do córrego Segredo.

Em 4 de janeiro de 2010, o Parque Linear do Segredo passou a ser denominado “Presidente Jânio Quadros” - Lei n. 4.802, de 30 de dezembro de 2009.



Fausto Furlan. Universidade e Estádio Morenão. 62 cm X 48 cm. Óleo sobre tela. 1970. Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>. Acesso em 12 de janeiro de 2016

Parque Linear das Cabaças



<http://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/inaugurado-neste-sabado-parque-tem-associacao-e-pista-para-caminhada>

O Parque Linear do Cabaça localiza-se entre as ruas Spipe Calarge e Limeira (fundos do Supermercado Atacadão, na Avenida Costa e Silva), tendo como extensão aproximadamente 1500 metros, compreendendo uma área de 12,4 hectares. O início das obras do parque início em 2009 e foi concluído em 2012.

Em 04 de agosto de 2012 recebeu a denominação de Parque Linear Juscelino Kubitschek. As obras do complexo Cabaça contemplaram a interferência nas margens do córrego das Cabaças e áreas adjacentes, com a realização de drenagem e pavimentação asfáltica, construção de ciclovias, pistas de caminhada e o parque linear, além da recuperação de áreas degradadas.

O Complexo Cabaça compreende a continuação da Via Morena e o Parque Linear, com cerca de três quilômetros e, em todo o percurso, foi implantado sistema de drenagem de águas pluviais. A criação do parque visou garantir a preservação ambiental das áreas verdes e a recuperação do córrego das Cabaças.

Parque Linear do Imbirussu



<http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/ano-de-2011-sera-lebrado-por-obras-que-transformaram-a-capital>

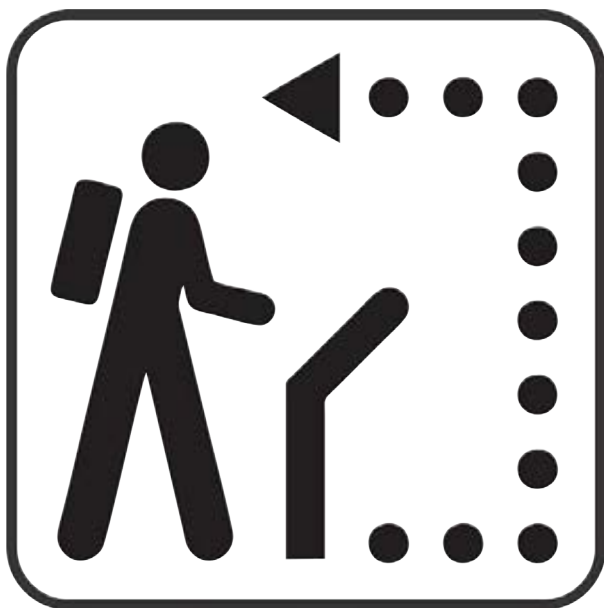
O Parque Linear do Imbirussu, localizado entre a Avenida Dom Antônio Barbosa, bairro José Abrão e Av. Duque de Caxias, no bairro Popular, e contornado pela Avenida José Barbosa Rodrigues. Segundo dados do projeto (2008) a implantação desse parque linear possuiu como principais finalidades:

- I - Acomodar satisfatoriamente o leito do curso d'água;
- II - Permitir o escoamento e a infiltração das águas pluviais;
- III - Manter viva a vegetação ciliar possibilitando a ciclagem de nutrientes, a manutenção de abrigos e alimento para a fauna e a consequente estabilização das margens do curso d'água.
- IV - Retirada da população das margens do córrego e reassentamento nas proximidades. (CAMPO GRANDE, 2008, p. 8)

A criação do Parque Linear do Imbirussu durou aproximadamente 7 anos, de 2004 a 2011, desde a construção de casas para retirada de famílias de áreas insalubres (favelas); construção de equipamentos públicos como escolas e unidades de saúde; obras de infraestrutura como asfalto e saneamento básico; recuperação de áreas degradadas por meio da implantação do parque linear.

As obras executadas abarcaram a reestruturação do sistema viário, com a construção de vias urbanas pavimentadas, pontes, calçadas e ciclovia e a implementação de redes de distribuição de água, rede coletora de esgotos sanitários, drenagem, energia elétrica e iluminação pública, interligando as avenidas Duque de Caxias e Dom Antônio Barbosa, com a execução de pistas pavimentadas nas duas margens do córrego Imbirussu.

Segundo dados do projeto (2008), foram construídas 850 casas para reassentar as famílias que habitavam áreas de risco ao longo do córrego Imbirussu. A construção da nova sede da Escola Municipal Carlos Vilhalva Cristaldo, no jardim Aeroporto, com 18 salas de aula. A construção de uma unidade básica de saúde da família. A construção de um Centro de Educação Infantil Felipe Safadi Alves Nogueira. Um Centro Comunitário destinado à convivência e capacitação profissional dos moradores da região. A revitalização e ampliação do Horto Municipal, passando a ocupar uma área de aproximadamente 22 hectares, proporcionando uma integração com o Parque Linear. A implantação do Parque Linear, por meio da recuperação, em aproximadamente 45 ha, ao longo dos cursos d'água e fundos de vale.



TRILHA 3

CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No perfil dos municípios brasileiros em 2013, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE divulgou que dos 5.570 municípios brasileiros somente 21,5%, possuem a Agenda 21 local. E o município de Campo Grande faz parte desse pequeno número de cidades brasileiras que possui a Agenda 21 local.

A construção da Agenda 21 local iniciou em 2001 e foi concluída em 2004, sobre a coordenação do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB. A Agenda 21 local “Campo Grande Nosso Lugar”, contempla as seguintes temáticas:

1. Educação e ampla divulgação sobre a agenda 21 local;
2. Gestão compartilhada;



Fausto Furlan. Paisagem – Campus da Universidade. 55 cm x 46 cm. Óleo sobre tela. 1970. Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010>. Acesso em 12 de janeiro de 2016

3. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
4. Saúde pública;
5. Inclusão Social;
6. Desenvolvimento sustentável;
7. Desenvolvimento urbano.

E partir da Agenda 21 e em consonância com o Plano Diretor ocorreu a criação de Centros de Educação Ambiental. Hoje a cidade conta com quatro centros de educação ambiental.

CEA Imbirussu



Fonte: Talgatti Silva, 2015

O Centro de Educação Ambiental Odilza Fernandes Bittar - CEA Imbirussu, foi criado a partir da revitalização e adaptação do prédio onde funcionou a Escola Municipal Carlos Vilhalva Cristaldo. A área abriga também um dos viveiros de produção de mudas para a arborização urbana de Campo Grande, tem como objetivos contribuir para a promoção e apoio ao processo de educação ambiental em Campo Grande.

Às margens do Córrego Imbirussu, o CEA conta com uma estrutura física composta de auditório, espaços multiuso, Horto Florestal, trilha ecológica, laboratório de ciências, observatório, biblioteca (sala verde), telecentro (inclusão digital), sala de arte (dança e práticas esportivas) e espaços de convivência.

As visitas acontecem durante a semana, nos períodos matutino (8h às 11h) e vespertino (13h30min às 17h), é necessário o agendamento. São realizadas diversas atividades, pelos educadores ambientais desse CEA, dentre elas, a trilha ecológica.

A atividade da trilha inicia no auditório com um vídeo sobre o CEA. Em seguida inicia a caminhada com algumas paradas. Ao longo da trilha é ressaltada a importância da natureza, a diversidade das plantas e se-

mentos, a importância da mata ciliar, a relação dos animais com as plantas para melhor distribuição de sementes que auxiliam na preservação da fauna e flora local. Também é destacada a relevância das folhas, a camada da serrapilheira, a importância das formigas, a relação do Bugio (espécie de macaco) com as plantas, evidenciando o relacionamento dos seres vivos com a natureza.



Fonte: Talgatti Silva, 2015

Fonte: Talgatti Silva, 2015

Ao passar pelo viveiro municipal é apresentado o processo de produção de mudas de forrações, arbustos e arbóreas utilizadas na arborização da cidade. A maioria das sementes são coletadas na área do CEA Imbirussu e na área do viveiro.



Fonte: Talgatti Silva, 2015

Fonte: Talgatti Silva, 2015

Toda as atividades desenvolvidas no CEA tem o acompanhamento de um técnico local. No local há trilhas com diferentes graus de dificuldades, isso depende da idade e característica do grupo. As trilhas duram em média de 40 minutos a 1h30.

Alguns cuidados precisam ser tomados durante a trilha, como usar calça comprida, sapato fechado, passar repelente e levar garrafa com água.



CEA Polonês



Fonte: Talgatti Silva, 2016.

O Centro de Educação Ambiental Leonor Reginato Santini - CEA Polonês - foi inaugurado em 30 de agosto de 2011, tem como objetivo contribuir para a promoção e apoio ao processo de educação ambiental em Campo Grande. O espaço recebeu o nome de Centro de Educação Ambiental Polonês, por estar localizado na área que abrigou, no passado, o Matadouro do Polonês.

Às margens do Córrego Sóter e com uma estrutura física dotada de auditório, espaço multiuso, casa sustentável, trilha ecológica, observatório e espaços de convivência. As visitas acontecem de segunda a sexta-feira nos período matutino e vespertino, e duram cerca de duas horas. Os educadores ambientais são os responsáveis pelo desenvolvimento das atividades durante as visitas, que inclui a orientação pelas trilhas do CEA.

Os visitantes são recebidos à sombra da árvore mais antiga do local, uma figueira quase centenária. Nesse local conhecem um pouco sobre história da área do CEA, refletem sobre o consumo consciente e sobre a importância da construção de centros de educação ambiental.

Após as boas vindas, os alunos iniciam a trilha. A primeira parada é na casa sustentável, onde observam que é possível construir casas utilizando materiais, equipamentos e tecnologias que causam menos impacto ao meio ambiente. A casa tem sistema de aquecimento solar, captação de água de chuva, madeira de reflorestamento, tijolos e telhas feitos a partir de resíduos de construção, concreto ecológico feito de raspas de pneu, chuveiro híbrido, reuso da água da pia, vidros reciclados, entre outras inovações sustentáveis.

A residência, edificada em um projeto de casa popular, é fruto de uma ação conjunta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e as empresas e instituições que produzem os materiais utilizados, articulada durante a I Mostra de Soluções Sustentáveis, em junho de 2009.

Seguindo a trilha, a próxima atividade é à sombra de mangueiras, onde o canto dos pássaros, abundantes no local, convidam ao relaxamento. São desenvolvidas diversas dinâmicas, que variam de acordo com a faixa etária, que levam à reflexão da importância das árvores para os seres humanos, pássaros, animais, qualidade de vida nas cidades e para manutenção do equilíbrio no planeta.



Fonte: Talgatti Silva, 2016.

A terceira parada é às margens do Córrego Sóter, onde os estudantes conhecem de perto como acontece o processo de assoreamento e degradação de rios e córregos. O guia explica a importância da preservação das matas ciliares, do tratamento do esgoto e da destinação correta do lixo. Outro assunto abordado, são as causas das enchentes próximas ao leito dos córregos.

Na sequência, as atividades proporcionam uma reflexão sobre o lixo. Crianças e jovens aprendem sobre os cinco “erres” do consumo consciente: repensar, recusar, reduzir, reaproveitar e reciclar. Experimentam a maneira correta de separar o lixo, são informados do tempo de decomposição dos materiais e os problemas causados quando se joga resíduos em locais impróprios. Além disso, são incentivados a participar do programa de coleta seletiva desenvolvido pela Prefeitura, separando o lixo em casa e levando a um dos pontos do LEV- Local de Entrega Voluntária.



CEA Florestinha



Fonte: Talgatti Silva, 2016.

O Centro de Educação Ambiental Cônsul Assaf Trad – CEA Florestinha foi inaugurado em 23 de novembro de 2012. Está localizado no Parque Municipal Cônsul Assaf Trad, uma área verde de 25 hectares, próxima ao empreendimento Alphaville. O parque é uma contrapartida ambiental do residencial Alphaville, que recuperou o processo erosivo existente naquele local.

O Projeto Florestinha foi criado no ano de 1992 com o objetivo oferecer aos jovens da comunidade da região do bairro Nova Lima noções de educação ambiental, ecologia e botânica, grupo de teatro, ordem unida e civismo como alternativa para a ocupação do tempo livre e formação complementar dos jovens. O projeto é coordenado pela Polícia Militar Ambiental.

O funcionamento do projeto ocorre de segunda a sexta-feira, no período vespertino, logo após as aulas das escolas da região, atendendo 50 adolescentes pertencentes a famílias de baixa renda. Os menores vão direto da escola para o projeto e lá recebem almoço e aulas relacionadas ao meio ambiente, civismo, esportes e reforço escolar.

Todas as atividades são orientadas pela Polícia Militar Ambiental, e desenvolvidas pelas crianças e adolescentes do Projeto Florestinha. Segundo o coordenador do projeto Major Queiroz “trata-se de jovens tratando de temas ambientais com seus iguais (os alunos visitantes)”.

As atividades desenvolvidas no CEA Florestinha são palestras, teatro de fantoches, exposição de animais taxidermizados, plantio de mudas nativas, trilha e diálogos sobre a fauna e flora, abrangendo o tema erosão. O tempo de duração das atividades varia de acordo com a faixa etária do grupo. Em média são 2 horas de duração.

As atividades iniciam com a apresentação do projeto Florestinha, em seguida é a apresentação do teatro de fantoche, que traz temáticas ambientais, como: queimadas urbanas, lixo, desmatamento, tráfico de animais silvestres, entre outros.

Depois é a apresentação de uma oficina sobre reciclagem de papel, os florestinhas utilizam um método caseiro de reciclar o papel, ao mesmo tempo em que realizam a atividade vão conversando sobre a necessidade de reaproveitar, dar destino correto e diminuir a quantidade de lixo gerado.

Posteriormente ocorre outra oficina sobre o ciclo da água. Exemplificam de forma simples e prática o ciclo da água, chamando atenção que a água é um bem renovável e que o grande problema é a falta de cuidado com as nascentes, matas ciliares e poluição.

Em seguida tem uma exposição de animais taxidermizados. Os florestinhas explicam sobre a origem de cada animal, porque ele está ali, a maioria são de animais atropelados nas rodovias do MS e outros oriundos do tráfico de animais que não resistem aos ferimentos e morrem no CRAS. Comentam ainda sobre os hábitos alimentares desses animais, assim como a importância da preservação de cada um em seu habitat para manter o equilíbrio ecológico.

Após esse momento vem o plantio de mudas. Durante o plantio ocorre uma palestra rápida sobre a importância da vegetação para: absorção da poluição do ar, infiltração da água no solo, da mata ciliar, proteção do solo. Além dos problemas causados pelo desmatamento como: erosão, assoreamento e desertificação do solo.



Fonte: Talgatti Silva, 2016.

Em seguida é realizada a última atividade que é a trilha para conhecer as lagoas construídas para conter as erosões existentes anteriormente na área.

O público a que se destinam as atividades do CEA Florestinha são educandos de escolas públicas e privadas, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, preferencialmente.



Centro de Educação Ambiental Anhanduí



Fonte: Talgatti Silva, 2014

O CEA foi criado em 2013, dentro do Parque Ecológico Anhanduí tem como um dos seus principais objetivos fomentar e desenvolver educação ambiental para desenvolvimento sustentável com várias atividades, pesquisas, palestras, trilhas, todas acompanhadas por guias, que são os gestores do parque.

O início das atividades acontece geralmente no auditório com uma conversa sobre questões ambientais. Em seguida tem início a trilha ecológica com o objetivo de conhecer o processo histórico de constituição do local, além de vivenciar, ao longo do percurso, as possibilidades de desenvolver os princípios da Educação Ambiental.

Acontecem várias paradas para observações e diálogos sobre o ambiente local e suas transformações ao longo da trilha. A primeira para-

da é na entrada da trilha para observar duas paisagens, uma que sofreu com ações antrópicas negativas como queimadas e a outra que está em processo de recuperação há, aproximadamente, 20 anos.



Fonte: Talgatti Silva, 2014

A segunda parada é sob uma árvore, onde é possível conversar sobre diversos temas na relação ser humano/natureza, como as funções das árvores no ambiente e comentar sobre a sensação de estar em um lugar que lembra uma mata, mas, ao fundo, presença de barulho dos carros que transitam na avenida que contorna o parque.

A terceira parada acontece ao redor de uma árvore chamada popularmente de Sangra D'água, cujo nome científico é *Croton urucurana*. O(a) guia destaca a quantidade de marcas de facão no tronco da árvore, feitas por pessoas que vêm retirar sua seiva, considerada de alto poder cicatrizante. Essa árvore cresce especialmente às margens de cursos d'água e lagoas e ocupa facilmente espaços em regiões degradadas. Também fala das características do local que é uma área de vereda. A parada seguinte é na área de nascente. Nesse local é possível observar

o fenômeno do surgimento da água para a formação de um curso hídrico. É possível observar também a diferença na coloração do solo, comparando com o solo da entrada na trilha e constatando que o solo da área junto à nascente, onde a vegetação é mais densa e conservada, possui coloração mais escura.

A outra parada é próxima a uma área com presença de caraguatás. Ao longo dessa área, cágados fazem seus ninhos e os teiús se alimentam dos ovos, ou seja, uma amostra legítima da cadeia alimentar, conceito utilizado em Educação Ambiental.

O encerramento da trilha acontece na parte que está em processo de recuperação, é possível observar o plantio de mudas nativas no local.

Em seguida o grupo é reunido no teatro de arena para um bate-papo. A duração da trilha depende da faixa etária do grupo, pode ser de 20min à 1 hora.



Fonte: Talgatti Silva, 2014

Alguns cuidados precisam ser tomados durante a trilha, como usar calça comprida, sapato fechado, passar repelente e levar garrafa com água.





**Fausto Furlan. Museu José An
Disponível em <http://www.pmi>
Acesso em 12 de janeiro de 2**



**Antônio Pereira. 56 cm X 43 cm. Óleo sobre tela. 1970.
cg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande-2010.
016**



TRILHA 4

MUSEUS CONTAM HISTÓRIAS

Museu de Arqueologia de Mato Grosso do Sul – MuArq



Fonte: MuArq UFMS

O MuArq foi criado em 2006 pela equipe do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da UFMS. O MuArq é uma unidade institucional de caráter permanente, sem fins lucrativos, datado de uma estrutura organizacional que lhe permite garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valoriza-los por meio da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição, com objetivos científicos, educativos e lúdicos, e facultar o acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

O Museu conta com uma exposição permanente da arqueologia do MS. São encontradas peças oriundas dos primeiros povos que habitaram o estado e a cidade de Campo Grande, os povos caçadores-coletores. Assim como, peças cerâmicas pertencentes às culturas indígenas

antigas. As peças são pontas de flechas, raspadores, todos utilizados na caça de animais do período como mamutes e preguiças gigantes. Além disso, são encontrados potes e urnas cerâmicas, utilizados para o armazenamento de alimentos e água e também para práticas de rituais de sepultamentos das antigas culturas indígenas. O espaço conta com uma equipe de estagiários dos cursos de História da UFMS para acompanhar os visitantes e explicar um pouco da História e da cultura material deixada por esses antigos povos.

O Museu dispõe de vários artefatos da cultura material, que nos remete aos tempos dos Caçadores-Coletores aos povos indígenas Agricultores-Ceramistas. No espaço, além do pequeno anfiteatro para exposições científicas, há textos explicativos, painéis com imagens de sítios presentes no Estado, cerâmica guarani, cerâmica de antigos povos indígenas agricultores-ceramistas na região da Bodoquena, a “sagrada família”, utensílios líticos, entre outros.



Fonte: MuArq UFMS

O público visitante é atendido por meio de monitoria realizada pelos alunos bolsistas, abrangendo a apresentação de audiovisual no auditório, visita à exposição de longa duração e atividades no Espaço-Lúdico-Pedagógico.

As atividades no Espaço-Lúdico-Pedagógico envolvem: uma área de escavação arqueológica (estrutura preenchida com areia lavada, dentro da qual se encontram peças líticas, cerâmicas e carvões), além de mesas e cadeiras para utilização de carimbos de grafismos rupestres e cerâmicos arqueológicos, para pintura.

O MuArq localiza-se no 1º andar do Memorial da Cultura e Cidadania Apolônio de Carvalho.



Museu das Culturas Dom Bosco



Fonte: Talgatti Silva, 2016

O Museu das Culturas Dom Bosco foi idealizado e construído pela Missão Salesiana de Mato Grosso. Segundo Ferreira (2010), no dia 27 de outubro de 1951, o Museu foi inaugurado em Campo Grande, com o nome de Museu Regional Dom Bosco. Ao longo dos anos, o Museu passou por várias fases, recebeu diferentes denominações e ocupou diferentes espaços.

O primeiro foi nas instalações do Colégio Dom Bosco, período em que as coleções etnográficas tiveram um abundante enriquecimento. O Museu tem hoje, sob a guarda, a maior e mais completa coleção Bororo do mundo.

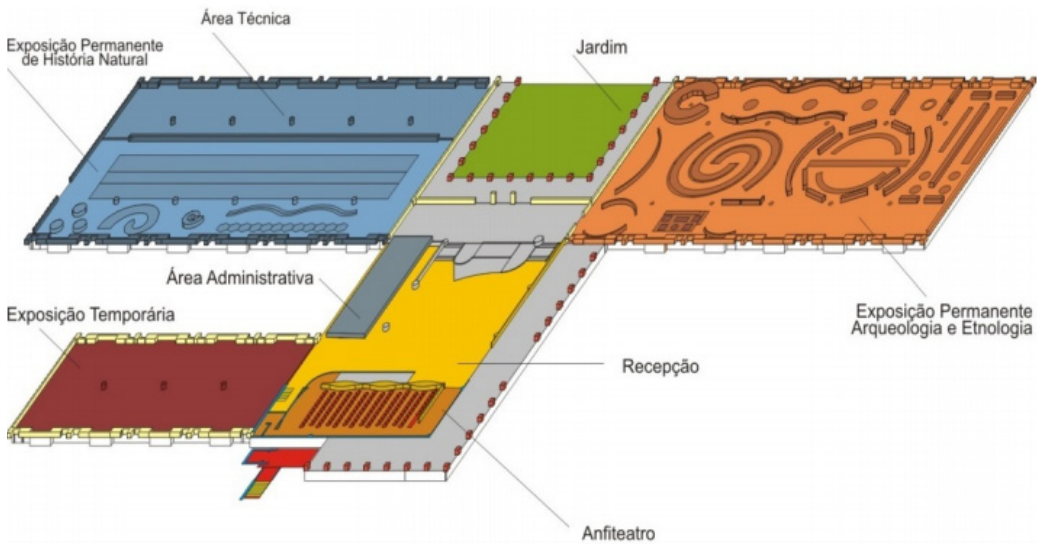
Em 1978 o Museu foi transferido para a Rua Barão do Rio Branco, onde permaneceu por mais de 20 anos. Nesse período deu maior atenção ao acervo das Ciências Naturais, período que o levou a formar, organizar e ampliar os acervos de Mineralogia, Paleontologia e Zoologia.

Pela extensa coleção de objetos de cultura material indígena, o Museu Dom Bosco também ficou conhecido pela população como Museu do Índio.

A partir de 1996 o Museu passou a ser administrado pela Universidade Católica Dom Bosco. A qual trouxe profissionais de grandes centros brasileiros e italianos para conduzir o Projeto de Reestruturação do Museu.

No ano de 2005, o Museu foi transferido do centro da cidade para um novo espaço, localizado no Parque das Nações Indígenas, tendo sua área expositiva ampliada. A estrutura física do Museu das Culturas Dom Bosco possui dois espaços expositivos, um permanente e um temporário; um hall de entrada, com rampa de acesso para portadores de necessidades especiais; um auditório; loja; recepção e guarda-volumes.

Esses espaços podem ser observados na figura a seguir:



Fonte: FERREIRA, 2010. Planta do MCDB

As visitas monitoradas iniciam no anfiteatro com uma breve exposição sobre o Museu. Ao entrar no espaço da Exposição Permanente, o visitante tem acesso à Sala de Memórias do Museu Dom Bosco, que faz uma breve menção à trajetória do antigo museu, desde sua fundação em 1951 até os dias atuais.

Este espaço tem um formato circular. Do lado esquerdo, é possível ver registros fotográficos sobre as tradições e modo de vida de alguns povos indígenas (Bororo, Xavante, Karajá e povos do rio Uaupés). Por meio de painéis explicativos em português e inglês a Sala de Memórias faz um relato sobre a chegada e o trabalho desenvolvido pelos salesianos junto às etnias citadas. Ao centro, vem do teto uma projeção de imagens que apresentam o museu em sua antiga forma expositiva. Do lado direito, estão expostas fotos de alguns dos principais personagens que participaram da história e da formação do Museu das Culturas Dom Bosco.

Esse espaço está representado pela cor cinza no mapa da Exposição Permanente a seguir



Fonte: FERREIRA, 2010. Mapa da Exposição Permanente.

Em seguida é apresentada a Coleção de Arqueologia do MCDB, a qual contém cerca de 250 objetos, entre os quais urnas funerárias, objetos que remontam a um período de 10.000 anos. A exposição arqueológica está representada pelos vestígios que marcam a passagem de civilizações pela Terra. No museu, esses sinais históricos estão expostos de forma que o visitante se sinta em um sítio arqueológico descobrindo as cerâmicas, que identificam os povos ceramistas e os objetos (pontas de flechas), símbolos dos povos caçadores coletores. Esse espaço está representado pela cor azul no mapa da Exposição Permanente.

A coleção Etnográfica é composta por cerca de 800 peças pertencentes a povos indígenas do Brasil como os Xavante, Bororo, Karajá, Povos do Rio Uaupés, Kalapalo, e etnias de Mato Grosso do Sul. Todas

as peças foram obtidas por meio de doações feitas pelos próprios indígenas aos salesianos. Alguns objetos são de uso cotidiano enquanto outros se caracterizam por seu uso em rituais e cerimônias. Todas as coleções foram montadas sob a supervisão de representantes de cada etnia.

O espaço representado pela cor amarela no mapa da Exposição Permanente é dedicado às etnias de Mato Grosso do Sul, ele representa a proximidade destes povos com o mundo moderno. São sete ocas que representam os povos indígenas do Mato Grosso do Sul: Kadiwéu, Kaiowá-Guarani, Terena, Kinikinau, Ofaié, Guató e Atikum. Essas ocas abrigam artesanatos feitos por alguns destes povos, a exposição não está completa, pois há uma escassez de material referente aos povos Ofaié, Guató e Atikum. A escassez de material produzido pelos povos de Mato Grosso do Sul para exposição ao público no Museu das Culturas Dom Bosco se deve ao fato de que as primeiras culturas com as quais os salesianos mantiveram contato foram os Xavante e Bororo, que vivem em Mato Grosso.



<http://www.ecologicalexpeditions.com.br/museu-do-indio.html>

Em seguida a visita monitora apresenta a coleção Karajá, representada na cor laranja no mapa de Exposição Permanente. Essa coleção possui vários artefatos como pequenas esculturas que representam o cotidiano da etnia, toucas feitas com penas das mais variadas espécies de aves existentes na fauna brasileira e cocares utilizados pelos caciques das aldeias, os quais estão expostos no chão, dentro de redomas de vidros, preenchidas por espelho.

O espaço a ser apresentado em seguida é o espaço expositivo Bororo, que conta com objetos da etnia distribuídos conforme a estrutura original de uma aldeia Bororo, dividida em duas metades: uma representativa dos Exerae e outra referente aos Tugarege (cada qual com objetos significativos para a população representada). A disposição circular das casas faz do pátio o centro da aldeia e espaço ritual desse povo. Este espaço concentra toda a religiosidade do povo Bororo, materializada nos parikos (adornos de cabeça), cocares decorados com penas de araras e de outras aves, além de objetos de caráter sagrado. Também estão dispostos oito expositores de vidros verticais que representam os grupos familiares existentes na sociedade Bororo.



Fonte: Henrique Manoel R. Alberto, 2015

Em seguida é apresentado o espaço dos povos do rio Uaupés, representado no mapa de Exposição Permanente pela cor verde. Segundo dados do Museu, Tukano, Desana, Koebeu, Tariana, Pira-Tapuia, Tuiuca, Paracaná, Taiwano, Wanana são algumas das mais de 20 etnias que habitam as margens do rio Uaupés, também conhecido como rio Negro, na Amazônia brasileira. O espaço expográfico é caracterizado por objetos da cultura material desses povos dispostos esteticamente ao longo do rio metaforizado: onde o rio termina, acaba a vida, aprisionada na sala das máscaras Vestes de Lágrimas, dentro do círculo sagrado, para dar origem a um novo começo.

O último espaço a ser exibido é a coleção do povo Xavante, representado pela cor preta no mapa de Exposição Permanente. Esse espaço é representado por espirais, essência do viver xavante. A forma espiral simboliza a energia vital, a energia em movimento ou a própria jornada, cada espiral representa o que os Xavante denominam rito religioso e rito de passagem. Segundo dados do Museu, para os Xavante, o rito religioso são atos coletivos que, a partir de sua introdução na vida de cada um, são celebrados continuamente e sem alterações, enquanto os ritos de passagem são vividos apenas uma vez, passam pela vida das pessoas sem retorno, assim o espaço foi preenchido por objetos representativos desses momentos sagrados que permeiam a rotina desse povo.

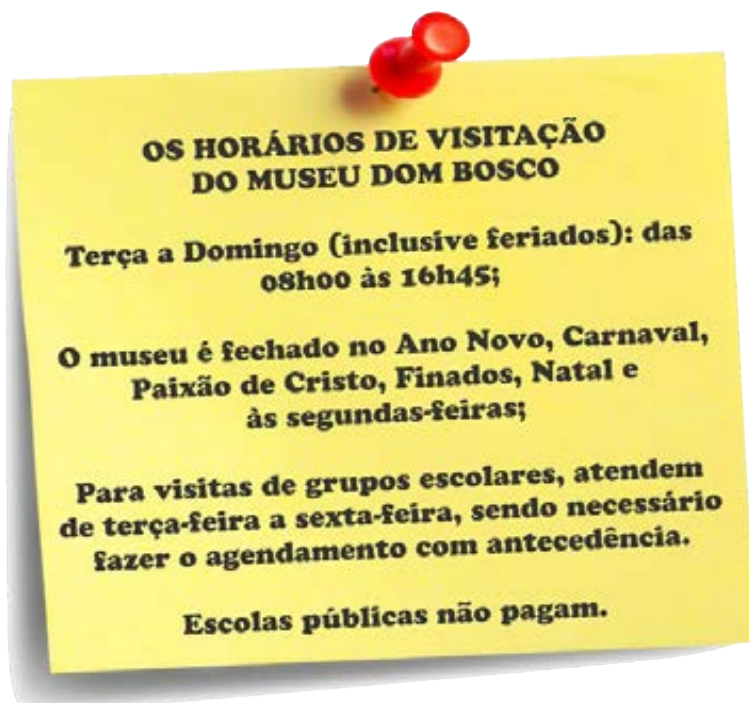


Fonte: Arquivo Documental do Museu das Culturas Dom Bosco

A visita monitorada tem a duração aproximada de duas horas. É necessário o agendamento, com 15 dias de antecipação, pelo site www.mcdb.org.br ou pelo telefone (67) 3326-9788.

Localização: avenida Afonso Pena, 7000

Parque das Nações Indígenas.



Museu José Antônio Pereira



Fonte: Talgatti Silva, 2016

O Museu José Antônio Pereira está instalado na Fazenda Bálsamo, terra doada pelo fundador da cidade a um dos seus filhos, Antônio Luiz Pereira. A sede da fazenda foi doada em 1966 à Prefeitura Municipal de Campo Grande, por Carlinda Pereira Contar, filha de Antônio Luís. O Museu José Antônio Pereira foi tombado pelo Decreto Municipal n. 4.934, de 20 de abril de 1983 (CAMPO GRANDE, 2006).



A sede da fazenda Bálsamo foi construída em 1880, formada originalmente de três edificações. Este conjunto arquitetônico é, hoje, o Museu José Antônio Pereira, um dos poucos documentos da época da fundação de Campo Grande.

Em 1999, o Museu foi restaurado permitindo a visitação pública. No local, o visitante poderá apreciar a pequena casa de taipa, o monjolo, o carro de boi, a máquina de fiar lã, o engenho de cana-de-açúcar, vários objetos expostos, entre eles destacam-se: fogão de lenha, mesa de refeição

ções, camas, cômodas e outros móveis da época, lamparinas, baús, pi-lão, painéis entre outros, os quais proporcionam ao visitante conhecer e imaginar o cotidiano dos pioneiros. Vale ressaltar que nem todo o acervo é original da época, mas ilustram a vivência de uma família no século XIX.

O visitante poderá conhecer também uma réplica da sede da fazenda, construída por Laurindo Contar e doada ao museu por Clarinda Contar.

A visita monitorada inicia na porteira da fazenda, momento em que é contada a história do local. Em seguida a parada acontece na escultura do filho de José Antônio Pereira, Antônio Luiz Pereira, sua esposa Anna Luiza e a filha Carlinda. É uma escultura em tamanho natural, esculpida na rocha e executada pelo artista plástico José Carlos da Silva (o Índio).



Em seguida o grupo é conduzido ao carro de boi, momento em que dialogam sobre os meios de transportes da época e de hoje. Após esse momento a visita monitorada acontece dentro da casa. A casa foi erguida em terreno plano, apresentando distribuição irregular de alguns cômodos que dão acesso uns aos outros, sem áreas de circulação. É típica de fazendas, construídas por mineiros, no século XIX e princípios do século XX. Nesse momento ocorre a explicação sobre cada objeto ali exposto, é importante para esclarecer aos visitantes a sua utilização em épocas passadas.

Depois a visita monitorada segue para a cozinha exter-

na onde é possível visualizar o fogão a lenha, a bica d'água e o monjolo. Em seguida o grupo é conduzido ao engenho de cana-de-açúcar.



Fonte: Talgatti Silva, 2016

O Museu preserva objetos e valores que ajudam na valorização do seu acervo, contribuindo para que a comunidade possa conhecer a história e as lembranças que remetem o visitante à época em que o pioneiro José Antônio Pereira aqui chegou junto com seu filho Antônio Luiz Pereira, cofundador da cidade.



Fonte: Talgatti Silva, 2016



http://doc-expoe.com.br/upload/F_6.jpg

A visita monitorada tem a duração aproximada de 1h30min.

É necessário o agendamento com antecedência pelo telefone (067) 3314-3181.

LOCALIZAÇÃO

Avenida Guaicurus, s/n°, no bairro Jardim Monte Alegre.

Aberto à visitação pública, gratuita, de terça-feira a domingo, das 9:00 às 17:00 horas.

FAUSTO FURLAN

Fausto Furlan é pintor e cenógrafo, nasceu em Oderizzo, norte da Itália, no ano de 1927. Veio para o Brasil em 1954, passou por diversas cidades brasileiras até se estabelecer em Campo Grande. O artista retratou o Estado de Mato Grosso do Sul, sua capital e sua história em óleo sobre tela.

Para resgatar a memória e parte da história de Campo Grande, a prefeitura adquiriu noventa e sete telas do pintor Fausto Furlan que imortalizam a cidade na década de 70. Dessas 97 telas, 87 foram pintadas pelo artista, a pedido dos proprietários do Hotel Campo Grande que, quando inauguraram o hotel na década de 70, colocaram as telas em cada quarto, a fim de mostrar a Cidade Morena aos hóspedes. Todas as telas retratam paisagens da cidade e foram adquiridas pela prefeitura e as imagens se tornaram domínio público. Os quadros foram restaurados, receberam novas molduras, e pertencem ao acervo de arte do município. A iniciativa fez parte das comemorações dos 111 anos da cidade. Além disso, a pedido da prefeitura, em 2010, Fausto Furlan foi convidado a pintar a modernidade da cidade, produzindo dez novas obras.

Ao longo da coletânea Diálogos Pedagógicos Geoambientais, foram inseridas imagens das telas do pintor Fausto Furlan que, além de ilustrar e dar visibilidade aos locais, retratam de maneira poética as características dos lugares.

Todo esse acervo pode ser visualizado no site da prefeitura <http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria>.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA Jussara Jacques de. **Agenda 21 de Campo Grande – Nosso lugar. Diretrizes para um desenvolvimento sustentável.** Campo Grande PLANURB, 2004.

ARCA. **Tema: Italianos, Espanhóis e Portugueses - diferentes culturas sedimentam a identidade de Campo Grande.** Revista ARCA n. 7, 2000.

_____. **Tema: Patrimônio.** Revista ARCA, n. 8, 2002.

_____. **Tema: Arquitetura em Campo Grande.** Revista ARCA, n. 12, 2006.

_____. **Tema: Campo Grande - 30 anos de Capital.** Revista Arca, n.13, 2007.

_____. **Campo Grande: Imagens da história.** Revista ARCA, n. 15, 2011.

BRASIL. **Prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local 2003/2004.** Caixa Econômica Federal.

_____. **Resolução CONAMA, nº 369, de 28 de março de 2006.** Ministério do Meio Ambiente. 2006.

CALLAI, Helena C. et al. **O estudo do município e o ensino de história e geografia.** Ijuí, Unijuí, 1988.

CAMPO GRANDE. **Lei Municipal de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo de Campo Grande,** nº 2567 de 1988.

_____. **Plano Diretor de Campo Grande.** Prefeitura Municipal de Campo Grande, 1995.

_____. **Estudo Ambiental e Plano Diretor Parque Ecológico do Anhanduí.** PLANURB, 2000.

_____. **Projeto Mudando para Melhor Buriti-Lagoa.** PLANURB, 2001.

_____. **Projeto de Urbanização do Fundo de Vale do Córrego Lagoa.** Agência Municipal de Habitação de Campo Grande-EMHA. 2001

_____. **Documento técnico: Projeto Sóter: Programa de recuperação das áreas degradadas e de preservação do córrego Sóter.** PLANURB, 2002.

_____. **Lei nº 4091 de 05 de novembro de 2003.** Criação do Parque Linear do Sóter. Acesso em <http://cm-campo-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/245012/lei-4091-03#par-3--art-5>

_____. **Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande.** 2ª edição, Fundação Municipal de Cultura de Campo Grande, 2006.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento: Urbanização de favelas nas bacias dos córregos Segredo e Cabaça.** Prefeitura Municipal de Campo Grande. 2008.

_____. **Projeto Parque Linear do Imbirussu (2008).** Prefeitura Municipal de Campo Grande. 2008.

_____. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande.** PLANURB, 2014.

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande: entre o sagrado e o profano.** Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

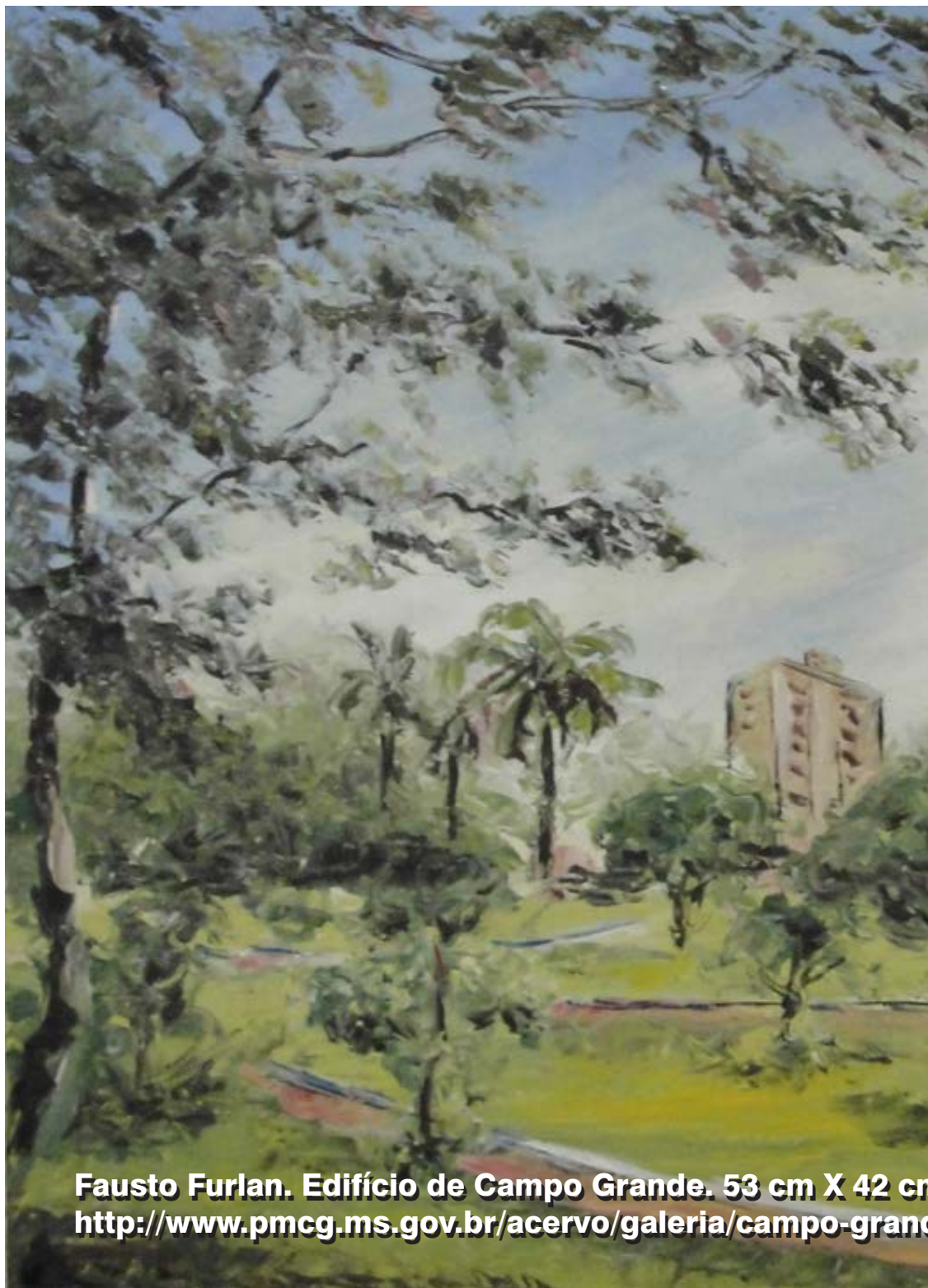
FERREIRA, Rejiane Platero. **O Museu das Culturas Dom Bosco: História, Identidade e Potencialidades de Desenvolvimento Local na Educação Básica.** Dissertação de Mestrado, UCDB, 2010.

MAYMONE, Marcos Antônio de Alencar. **Parques Urbanos: Origens, conceitos, projetos, legislação e custos de implantação. Estudo de caso: Parque das Nações Indígenas de Campo Grande, MS.** Dissertação de Mestrado. UFMS, 2009

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Manejo do Parque Estadual Matas do Segredo.** IMASUL, 2009

_____. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Prosa.** IMASUL, 2011.

PALMA, Leonardo Tostes. **Dissertação de Mestrado: A Implementação do Parque Estadual Matas do Segredo como Oportunidade de Desenvolvimento Local para as Comunidades Circunvizinhas.** Leonardo Tostes; orientadora, Adriana Odália Rímoli. 2004. Acesso em 12 de dezembro de 2015. <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7879>.



Fausto Furlan. Edifício de Campo Grande. 53 cm X 42 cm
<http://www.pmcg.ms.gov.br/acervo/galeria/campo-grande>



m. Óleo sobre tela.1970. Disponível em
de-2010. Acesso em 12 de janeiro de 2016

